

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS  
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO  
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

FÁGNER DE OLIVEIRA SANTOS

**O DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS EM *O ATENEU*, DE RAUL POMPÉIA**

MONTEIRO-PB

2011

FÁGNER DE OLIVEIRA SANTOS

**O DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS EM *O ATENEU*, DE RAUL POMPÉIA**

Monografia apresentada, sob a orientação do professor Dr. Marcelo Medeiros da Silva, ao Curso de Licenciatura em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Exatas, Campus VI, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciado em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa.

MONTEIRO-PB

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL – CAMPUS VI

S237d

Santos, Fágner de Oliveira .

O disciplinamento dos Corpos em O Ateneu, de Raul Pompéia [Manuscrito] / Fágner de Oliveira Santos. – 2011. 56f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras com Hab. em Português) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Marcelo Medeiros da Silva, Departamento de Letras.”

1. O Ateneu (Romance). 2. Regime disciplinar . 3. Comportamento moral. I. Título.

21.ed. CDD B869.3

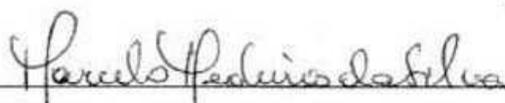
**Fágner de Oliveira Santos**

**O Disciplinamento dos corpos em O Ateneu, de Raul Pompéia**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Letras, Habilitação em Língua Portuguesa, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus VI – Poeta Pinto do Monteiro, Centro de Ciências Humanas e Exatas, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras.

Aprovada em: 13/06/2011

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Doutor Marcelo Medeiros da Silva

Orientador/UEPB



---

Profa. Mestra Joana D'ark Costa

Examinadora/UEPB

---

Profa. Especialista Keitiana de Souza Silva

Examinadora/UEPB

À Marinalva, pelo dom da vida,  
e Geraldo (*in Memoriam*), pela inspiração.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo grande apoio sucedido de inúmeras cobranças.

Ao Prof. Marcelo Medeiros, pelas orientações, ensinamentos e ironias, não necessariamente nesta ordem.

À Sandreane, pelo amor, fidelidade e resignação diante da difícil tarefa de conviver diariamente comigo.

Aos amigos Wellington Carlos, pela sinceridade de sua amizade derivada de inúmeras trocas de farpas.

Ao amigo Eltonn Neponuceno, pelos diálogos poéticos, assim como por suas pertinentes indicações literárias.

À prof.<sup>a</sup> Aldinida Medeiros, pela torcida.

Ao prof. Marcelo Nóbrega (Marcelão), pela interlocução generosa.

À prof.<sup>a</sup> Joana D'ark, por saber ouvir e aconselhar.

Aos professores de Literatura Marcelle Ventura, Eduardo Brito (*In Memoriam*) e Márcio Gomes, pelos conhecimentos e inquietações.

Aos professores Williard Scorpion, Ivan Fontes e Luciano Albino, pelas memoráveis aulas.

Aos professores de Linguística, pelos conteúdos ministrados, inquietações e bocejos.

Aos professores da Banca Examinadora, por aceitarem participar deste “rito de passagem”.

Aos colegas de turma, por dividirem comigo o prazer de estagiar e fazer uma monografia.

Ao pessoal da xérox, pela paciência e pelos bons serviços prestados.

Ao amigo Niedson “Negão” do Nascimento, juntamente com os demais vigilantes, sempre educados e prestativos, pelas conversas de corredor.

Aos demais professores e funcionários do Campus VI da UEPB, pelo profissionalismo.

E, finalmente, à soberaníssima força do universo, pelo constante crescimento pessoal advindo da eterna dúvida sobre sua existência.

## RESUMO

Tomando como *corpus* o romance *O Ateneu* (1888), do escritor Raul Pompéia (1863-1895), o presente trabalho procura estudar como estão representados os mecanismos disciplinadores dentro de tal obra. Para tanto, valemo-nos das orientações de Foucault (2009) sobre o conceito de disciplina e as formas de que se revestem os mecanismos de disciplinamento dos corpos dentro de ambientes específicos como é o caso do colégio interno que funciona como espaço central onde acontecem os eventos narrados pelo protagonista do romance do escritor carioca e cujo objetivo principal era desenvolver nos alunos internos aptidões necessárias à inserção deles na sociedade brasileira oitocentista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Disciplinamento, Vigilância, Controle, *O Ateneu*

## ABSTRACT

Taking as *corpus* the novel *O Ateneu* (1888), of writer Raul Pompéia (1863-1895), this paper aims to study how the disciplinary mechanisms represented in this literary work. For this, we have made use of the Foucault's guidelines (2009) about concept of discipline and the ways in which they appear mechanisms of bodies discipline within specific environments such as boarding school that serves as the central space which hosts the events narrated by the protagonist of the novel by Brazilian writer and whose main objective was to develop in students the skills needed to boarding their inclusion in Brazilian society nineteenth century.

**KEYWORDS:** Discipline, Surveillance, Control, *O Ateneu*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I	
Da disciplina e do disciplinamento: o controle dos corpos .....	11
CAPÍTULO II	
Da Disciplina e de seus mecanismos em <i>O Ateneu</i> : leitura e interpretação .....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	57
REFERÊNCIAS .....	58

## INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII, os mecanismos punitivos e disciplinares foram alterados, visando, cada vez mais, à “correção” e/ou à “regeneração” dos indivíduos infratores, reclassificando-os novamente como aptos ao convívio em sociedade. Segundo o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), a necessidade de ambientes disciplinares (escolas, internatos, quartéis, asilos, prisões, etc.) origina-se da demanda de um sistema vigente, desprovido de corpos capacitados e úteis para nutrir a produção, a divisão e a especialização do mercado de trabalho.

A disciplina, nesse contexto, indispensável não só para desenvolver aptidões necessárias nos sujeitos, faz-se imprescindível para administrar e governar a população através de instituições disciplinares modernas surgidas simultaneamente com o capitalismo. Dada a relevância da disciplina como categoria teórico-analítica para este trabalho, ela é tomada como escopo de nosso primeiro capítulo no qual discorreremos sobre a disciplina e os mecanismos disciplinadores à luz das reflexões de Foucault, notadamente a partir do que contém a obra *Vigiar e Punir*<sup>1</sup>, publicada originalmente em 1975.

Considerando-se, portanto, as observações de Foucault (2009), este trabalho, em seu segundo capítulo, procura estudar um dos vários ambientes disciplinares – o colégio interno – responsável por moldar, treinar e condicionar o indivíduo para a vida social. Para tanto, tomamos como *corpus* o romance *O Ateneu* (1888), de Raul Pompéia (1863-1895), que possui como eixo as experiências vividas pelo protagonista Sérgio, de onze anos, em um internato, narradas por ele mesmo já adulto.

Ao passo em que representa uma crítica social, o romance de Pompéia evidencia a questão da disciplina, vigilância e penalidade de atos dos alunos cujas ações e comportamentos, dentro do instituto do ilustre professor Aristarco, eram considerados inadequados. Através de uma observação mais verticalizada, é possível interpretar, em *O Ateneu*, procedimentos disciplinares, tais como os estudados por Foucault, notadamente no

---

<sup>1</sup> Por não se ater a um campo específico ou a ideias e verdades imutáveis, o pensamento foucaultiano sofre alterações no decorrer de suas obras. É importante ressaltar que, por nos utilizarmos basicamente das ideias contidas em *Vigiar e Punir*, uma das primeiras dentre diversas que Foucault disserta sobre disciplina e poder, nossas análises poderão – àqueles familiarizados com os derradeiros escritos do autor – causar certo estranhamento devido à diferença entre os conceitos apresentados em cada obra.

terceiro capítulo da obra *Vigiar e Punir*, na qual o filósofo francês reflete acerca de mecanismos adotados para o disciplinamento da conduta dos sujeitos inseridos em um espaço socialmente determinado.

Apesar de ser uma obra de grande importância dentro do contexto do Realismo brasileiro e de existir na crítica literária, ao longo dos anos, vários trabalhos acadêmicos referentes aos seus diferentes aspectos, como, por exemplo, o abrangente livro *Matéria e forma narrativa d'o Ateneu* (1979), de José López Heredia, o romance em questão, em nosso entender, ainda permanece muito pouco investigado no que se refere à perspectiva das relações de poder e disciplinamento dos indivíduos, lacuna essa que procuramos preencher com a partir deste trabalho mediante o qual procuramos contribuir para o alargamento dos estudos críticos tanto do autor quanto do romance em questão.

Ademais, se ensejamos ampliar os estudos já existentes sobre *O Ateneu*, lê-lo pelo viés do disciplinamento dos corpos, a partir da visão foucaultiana, é também uma forma de contribuir para os estudos que se voltam para a relação entre literatura e sociedade, uma vez que, lendo o referido texto literário, estaremos prestando uma contribuição aos trabalhos que se voltam para o estudo sociológico da realidade brasileira do século XIX, a fim de entender os seus mecanismos de funcionamento e as relações sociais inerentes a ela.

Nosso objetivo é, portanto, analisar e interpretar o romance escolhido, evidenciando os procedimentos disciplinares adotados para controlar e vigiar a conduta dos sujeitos inseridos em um espaço devidamente projetado: o colégio O Ateneu, símbolo de ambiente escolar, onde, por um lado, eram formados jovens preparados para os diversos desafios da vida social, por outro, todavia, fomentavam-se a corrupção, a hipocrisia e a violência de uma sociedade em conflito.

# **CAPÍTULO I**

## Da disciplina e do disciplinamento: o controle dos corpos

A disciplina é uma anatomia política do detalhe.

Michel Foucault

Filósofo francês, Michel Foucault é conhecido e reconhecido por denunciar o caráter normativo e normatizador das instituições disciplinares (tais como escolas, prisões, asilos e internatos) que surgem com o advento da modernidade. Em seus principais estudos – através de campos tão distintos, como a filosofia, a sociologia, a psiquiatria, a biologia, o direito, a história, a linguística, a literatura e as artes em geral – Michel Foucault abordou questões referentes ao *discurso*, à *sociedade*, à *disciplina*, ao *poder*, categorias essas que estão, todas elas, ligadas àquela que parece ser a grande categoria do pensamento filosófico foucaultiano: *o sujeito*. De acordo com Rouanet (1987), inegável é o fato de que Foucault, ao longo de toda a sua obra, trata principalmente dos temas *poder e sociedade*. Contudo, nem sempre fora ele um crítico ferrenho do social:

A relação de Foucault com o social não era, no início, antagonística. As práticas e instituições sociais, quando apareciam, não exerciam nenhuma função necessariamente repressiva. Foucault não as invocava para desqualificá-las enquanto agentes de uma dominação sociopolítica, mas como elementos importantes na descrição das formações discursivas (ROUANET, 1987, p. 151).

Em *História da Loucura* (1954), uma de suas primeiras obras, Foucault fala de uma segregação para com os antissociais, mas a sociedade não é alvo de críticas quanto a isso. Tal marginalização é vista como uma resposta dada pelo mercantilismo a uma crise econômica:

Todos os que não eram nem produtores nem consumidores eram socialmente inúteis: daí a reclusão dos ociosos, dos libertinos, dos pródigos e dos loucos. Com o início do capitalismo liberal, por outro lado, surge a necessidade de mão-de-obra para a indústria, e todos os anti-sociais vão sendo liberados, com exceção dos loucos. [...] Em suma, o mercantilismo e o capitalismo surgem como panos de fundo sobre os quais se destacam a grande reclusão e a fase asilar, mas não como sistemas sociais a serem criticados (ROUANET, 1987, p. 151-152).

Em *Arqueologia do Saber* (1969), as práticas sociais reaparecem, mas ainda sem qualquer intenção crítica visível. Nessa obra, Foucault investiga como as práticas sociais se articulam às práticas discursivas. Para ele, o saber é um conjunto de regras que definem os

objetos possíveis, a posição dos sujeitos em relação aos objetos, os conceitos e os temas que podem se constituir (ROUANET, 1987).

Ao pronunciar sua aula inaugural no Collège de France, o discurso foucaultiano sobre a sociedade modifica-se. Se antes eram recorrentes as ideias de marginalização, presentes, por exemplo, em *História da Loucura*; a partir dessa aula inaugural, as reflexões sobre a sociedade reaparecem, dentro do pensamento foucaultiano, articuladas agora não mais somente ao discurso, mas às práticas de controle externas ao próprio discurso:

Pela primeira vez, o poder entra em cena. Ainda como instância ligada ao discurso, constitutiva do discurso, limitadora do discurso, mas já situada na sociedade, agindo na sociedade. Restava um novo passo: mostrar os efeitos do poder na sociedade em geral, afetado almas e corpos, ações e opções, e não apenas como instância que delimita o que se diz, o que se pode dizer, o que se deve dizer, o que não se deve dizer, ou quem tem o direito de dizer: o poder como instância de produtividade social, em todas as suas esferas, abrangendo discursos, mas também práticas individuais, familiares, grupais. Liberar o poder, nascido as entranhas do discurso, para que ele possa atuar na sociedade em geral (ROUANET, 1987, p. 154).

Michel Foucault, ao defender a existência de diversos procedimentos de repressão do discurso, revela a busca de desejo(s) e de poder através do discurso. Para o filósofo, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2008, p.10). Tal poder, que na sociedade feudal estava ligado ao conceito de soberania monárquica, fora, com o advento do Estado do moderno, retirado da figura do príncipe e atribuído ao povo, como fonte da vontade geral. Neste período, é que surgiu “a liberal-democracia, com seu quadro jurídico formalmente igualitário, e o estabelecimento das instituições. Mas, ao lado do poder codificado juridicamente sob a forma da soberania popular, surgia uma nova instância do poder, essencialmente extrajurídica: **a disciplina**” (ROUANET, 1987, p. 154, negrito nosso).

Foucault não enxerga o poder como mecanismo de opressão, mas, sim, como uma questão dos aparelhos e instituições. Ele está fundamentalmente ligado ao corpo uma vez que é sobre ele que se impõem as obrigações, as limitações e as proibições. Na ótica foucaultiana, o corpo é, pois, “uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de ‘docilidade’ que une ao corpo analisável o corpo manipulável” (FOUCAULT, 2009, p. 132).

Em *Vigiar e Punir* (1975), obra capital para a realização deste trabalho, Foucault disserta acerca do conjunto de mecanismos disciplinadores sociais, os quais são chamados por ele de *disciplina* e são conceituados como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma

relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2009, p. 133). É importante, ainda, ressaltar que tais métodos sempre estiveram presentes na maioria das práticas sociais da Europa Ocidental do século XVIII e início do século XIX, seja em internatos, escolas, hospitais, prisões, seja em qualquer outro ambiente que pudesse se revestir do caráter disciplinar. Nesses ambientes, vigiar, punir e examinar os corpos eram práticas recorrentes e funcionavam como mecanismos operatórios da técnica de poder disciplinar. Essas práticas e métodos não se instauraram subitamente, mas foram sendo estudadas, desenvolvidas e aperfeiçoadas com o decorrer do tempo:

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar (FOUCAULT, 2009, p. 134).

No entanto, muitas coisas, como adverte Foucault (2009), são novas nesses métodos. De acordo com ele, existem três técnicas a serem considerados. A primeira é denominada de **escala do controle**, que consiste em trabalhar detalhadamente o corpo, sem qualquer tipo de folga, de maneira mecânica e minuciosa. A segunda está relacionada ao **objeto do controle**, apontando sobre a economia, eficácia e, sobretudo, organização interna de todo e qualquer movimento. A última é a **modalidade**, que implica em uma coerção ininterrupta e constante sobre os processos das atividades exercidas, mais até que sobre o resultado delas mesmas. Há, ainda dentre dessa última técnica de disciplinamento, uma codificação que esquadrinha, ao máximo, o tempo, o espaço, os movimentos (FOUCAULT, 2009). É importante ressaltar, ainda, que esses métodos se diferenciam de outros como: *escravidão, domesticidade, vassalidade, ascetismo e monarquismo*.

Conforme o autor de *Vigiar e Punir*, a disciplina torna-se mais eficiente que a escravidão por dispensar a violência e não se fundamentar em uma relação de apropriação dos corpos. Com uma relação menos custosa, obtém efeito melhor ou de igual proporção à escravidão. Quanto à domesticidade, a disciplina distancia-se por não se tratar de uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão. Diferentemente da vassalidade, a disciplina não se refere a uma relação de submissão longínqua e altamente codificada, já que a vassalidade se realiza mais sobre os produtos do trabalho e as marcas rituais da obediência do que sobre as operações do

corpo. Por fim, a disciplina é dessemelhança do ascetismo e de monarquismo, pois estes dois últimos têm por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, se se implicam em obediência a outrem, têm como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo. A disciplina, ao contrário, fabrica corpos dóceis e adestrados. Ela, ao passo em que aumenta as forças do corpo, em termos econômicos de utilidade, também diminui essas mesmas forças, em termos políticos de obediência (FOUCAULT, 2009).

Entretanto, o poder disciplinar não se firma como algo destruidor, mas configura-se, talvez, como algo mais tenebroso e mais arrasador, pois adentra seus dominados com o fim de exercer sobre eles um poder que, de forma sutil, é capaz de utilizar toda sua força para torná-los economicamente produtivos. O poder disciplinar é capaz até mesmo de fazer com que os indivíduos se desenvolvam ainda mais, acreditando estar fazendo algo resultante de seu querer ou de sua vontade livre.

Deste modo, a disciplina, na visão foucaultiana, não exerce um papel de opressão. Não se trata da expressão do desejo de um tirano ou do abuso da violência e da injustiça. Ela pode ser entendida como uma “empresa” que pretende desenvolver as aptidões de seus “funcionários” de forma progressiva, com o intuito de aproveitá-los ao máximo para seu próprio uso. A disciplina gera individualidades a partir de mecanismos de controle, que possuem características específicas e que são denominados por Foucault como sendo a distribuição dos espaços, o controle das atividades, a organização das gêneses e, por último, a composição das forças.

A primeira forma de individualidade disciplinar – a distribuição dos espaços – apresenta quatro características específicas cada uma das quais é correspondente a determinadas técnicas do poder disciplinar. A primeira dessas técnicas está relacionada à distribuição dos espaços físicos da massa, ou seja, **o local** onde os corpos são mantidos agrupados e postos em ordem:

A disciplina às vezes exige a *cerca*, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. [...] O modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito (FOUCAULT, 2009, p. 137).

A segunda técnica baseia-se no princípio da clausura individual. Inconstante, porém, indispensável, essa segunda técnica resume-se no conceito de **quadriculamento**, o qual é entendido como a localização elementar, onde cada corpo tem seu lugar específico:

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir (FOUCAULT, 2009, p. 138).

O quadriculamento é usado tanto para invalidar os efeitos das repartições numerosas e indecisas, como para evitar o desaparecimento descontrolado de qualquer sujeito, a sua circulação difusa ou as possíveis movimentações inúteis e/ou perigosas, como é o caso de vadiagens, organizações de revoltas, aglomerações e vandalismos:

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações e interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2009, p. 138).

Foucault ainda nos alerta sobre outro benefício desfrutado em velhas construções religiosas, advindo do quadriculamento: a solidão auferida pelo silêncio das celas. O sujeito, sozinho com seus pensamentos, defronta-se com o pior dos sofrimentos que a consciência humana pode ser vítima – a culpa gerada pelo desapontamento divino:

A disciplina organiza o espaço analítico. E ainda aí ela encontra um velho procedimento arquitetural e religioso: a cela dos conventos. Mesmo que os compartimentos que ela atribui se tornem puramente ideais, o espaço das disciplinas é sempre no fundo, celular. Solidão necessária do corpo e da alma, dizia um certo ascetismo: eles devem, ao menos por momentos, se defrontar a sós com a tentação e talvez com a severidade de Deus (FOUCAULT, 2009, p. 138).

A terceira técnica pertencente à esfera da distribuição dos espaços é denominada **localizações funcionais**, a qual consiste na articulação de espaço individual, com os processos de produção/sujeição:

Nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil (FOUCAULT, 2009, p. 139).

A **unidade do espaço disciplinar**, última das técnicas ligadas ao planejamento espacial, pode ser exemplificada como *a posição na fila*, ou seja, o espaço definido a partir de uma classificação cujo objetivo é ordenar a multiplicidade confusa e criar um quadro vivente:

Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição *na fila*: o lugar que alguém ocupa numa classificação. [...] A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (FOUCAULT, 2009, p. 140-141).

De acordo com o escritor de *Microfísica do poder* (1979), a ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de distribuição dos sujeitos na ordem escolar: filas de alunos em sala, corredores e pátios; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente, etc.

As disciplinas, organizando as ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (FOUCAULT, 2009, p. 142).

A segunda forma de individualidade disciplinar – o controle das atividades – demonstra que as atividades são peças fundamentais para o processo de disciplinamento dos indivíduos. Seu controle deve ser rigorosamente esmiuçado e o tempo deve ser dividido no intuito de controlar, determinar e detalhar cada ação. Dentre as técnicas para o controle das atividades, Foucault (2009) apresenta o horário, a elaboração temporal do ato, a correlação entre o corpo e o gesto, a articulação corpo-objeto e, por último, a utilização exaustiva do tempo.

De acordo com Foucault (2009), o horário, primeiro ponto de controle das atividades, pode ser visto como o quadriculamento do tempo. Trata-se de construir um tempo integralmente útil, sem qualquer tipo de desperdícios, estabelecendo horários rígidos de trabalho, sempre repetitivos e constantes:

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar (FOUCAULT, 2009, p. 145-146).

A elaboração temporal do ato, por sua vez, é o segundo aspecto relativo ao domínio do desenrolar das ações. Pode ser entendido como um conjunto de obrigações impostas no intuito de “programar” cada fase dos atos realizados:

Define-se uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento. O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder (FOUCAULT, 2009, p. 145-146).

Já a correlação entre corpos e os gestos é outro grau de precisão na decomposição dos gestos e dos movimentos, outra maneira de ajustar o corpo a imperativos temporais. O corpo disciplinado favorece um gesto eficaz:

O controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido (FOUCAULT, 2009, p. 145-146).

Considerando-se a articulação do corpo com os objetos, a disciplina define cada uma das relações que o corpo deve manter com o objeto que manipula. É uma cuidadosa engrenagem entre um e outro. À medida que coisifica o indivíduo, transformando-o em uma parte da máquina, o corpo torna-se um objeto constantemente em movimento, sempre a produzir e a trabalhar, até a máxima exaustão, utilizado até aos seus últimos limites. Pouco a pouco, surge uma exigência nova a que a disciplina tem de atender: construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o seu tempo, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente:

A esta sintaxe forçada é que os teóricos militares do século XVIII chamavam 'manobra'. A receita tradicional dá lugar a prescrições explícitas e coercitivas. Sobre toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo máquina. Estamos inteiramente longe daquelas formas de sujeição que só pediam ao corpo sinais ou produtos, formas de expressão ou o resultado de um trabalho (FOUCAULT, 2009, p. 148).

O conceito de utilização exaustiva do tempo, última técnica de controle das atividades exposta, não está relacionado com o princípio da não-ociosidade, mas, sim, com o da organização de uma economia positiva. Colocando uma utilização crescente do tempo, o que importa aqui é extrair do tempo o maior número de instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis:

A disciplina organiza uma economia positiva; coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo: mais exaustão que emprego; importa extrair do tempo sempre mais instantes dispo níveis e de cada instante sempre mais forças úteis. O que significa que se deve procurar intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável; ou como se, pelo menos, por uma organização interna cada vez mais detalhada, se pudesse tender para um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência (FOUCAULT, 2009, p. 148).

Ressaltamos, ainda, que o princípio de não-ociosidade constitui-se em proibir a perda de tempo – este atestado como algo contado por Deus e pago pelos homens – sob a acusação de desonestidade moral e econômica para todo aquele que, malevolente, conjurasse o perigo de desperdiçar tempo. Tal princípio mostra-se essencialmente negativo segundo a ótica foucaultiana, que enxerga na disciplina uma organização positiva dessa economia temporal.

A disciplina intensifica o uso das forças úteis, procurando utilizar cada instante disponível com o máximo de eficiência possível, ou seja, valorizando cada instante, extrair do mesmo o máximo de força concedível. Através dessas técnicas de aceleração do ritmo das atividades – essas geralmente múltiplas, porém, ordenadas – acopladas ao ensino da rapidez como virtude constrói, faz surgir lentamente um indivíduo mecânico, cujo corpo é convertido em uma máquina sólida de comandos altamente especificados, ordenados. Finalmente, o que entendemos por *disciplinamento dos corpos* é o resultado concreto desse conjunto de mecanismos de poder, responsáveis por oferecer ao indivíduo uma série de exercícios, manipulações pela autoridade e treinamentos úteis, anunciando, simultaneamente, um determinado número de exigências como também de limitações funcionais:

O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e ‘celular’, mas também natural e ‘orgânica’ (FOUCAULT, 2009, p. 150).

A disciplina, que como vimos, analisa o espaço e que, ainda, decompõe e recompõe as atividades, é também compreendida como aparelho responsável por adicionar e capitalizar o tempo. A terceira forma de individualidade disciplinar colocada por Foucault – a organização das gêneses – expõe justamente sobre esse ponto.

Usando como modelo a escola criada na fábrica dos Gobelins<sup>2</sup>, Foucault (2009) aponta sobre o desenvolvimento de uma nova técnica que, associando domesticidade à transferência

---

<sup>2</sup> Em 1667, na Inglaterra, um edito real, que determinava a criação da fábrica dos Gobelins, previa a organização de uma escola em que sessenta crianças selecionadas como bolsistas seriam confiadas a um mestre, a fim de adquirir educação básica. As crianças passavam ao ciclo de aprendizagem, junto aos mestres da corporação manufatureira e, após seis anos de intensa aprendizagem, adquirem o direito de abrir uma própria loja.

de conhecimento, capitaliza o tempo dos indivíduos, acumulando-o de tal maneira que possa ser susceptível de utilização/controlado das forças ou capacidades do corpo:

A escola é dividida em três classes. A primeira para os que não têm nenhuma noção de desenho; mandam-nos copiar modelos, mais difíceis ou menos difíceis, segundo as aptidões de cada um. A segunda ‘para os que já têm alguns princípios’ ou que passaram pela primeira classe; devem reproduzir quadros ‘à primeira vista e sem tomar-lhes o traço’, mas considerando só o desenho. Na terceira classe, aprendem as cores, fazem pastel, iniciam-se na teoria e na prática do tingimento. Regularmente, os alunos fazem deveres individuais: cada um desses exercícios, marcado com o nome do autor e a data da execução, é depositado nas mãos do professor; os melhores são recompensados; reunidos no fim do ano e comparados entre eles, permitem estabelecer os progressos, o valor atual, o lugar relativo de cada aluno; deter minam-se então os que podem passar para a classe superior. Um livro geral mantido pelos professores e seus adjuntos deve registrar dia por dia o comportamento dos alunos e tudo o que se passa na escola; é periodicamente submetido a um inspetor (FOUCAULT, 2009, p. 151).

Essa apropriação e regência do tempo estão estruturadas em quatro processos essenciais para que a formação dos corpos dóceis seja eficiente. O primeiro consiste em “dividir o tempo em segmentos sucessivos ou paralelos, dos quais cada um deve chegar a um termo específico” (FOUCAULT, 2009, p. 152). Ao dividir a educação básica em níveis (educação infantil, ensino fundamental, médio e profissionalizante) e cada nível em etapas, o sistema escolar vigente vale-se desse procedimento. Ela, a escola, ao demarcar cada etapa do ensino médio em séries (1ª, 2ª e 3ª), elucida, ainda, o segundo processo para a capitalização do tempo no desenvolvimento do indivíduo: “Organizar essas sequências segundo um esquema analítico — sucessão de elementos tão simples quanto possível, combinando-se segundo uma complexidade crescente” (FOUCAULT, 2009, p. 151). O terceiro processo é finalizar cada segmento com uma prova. Ao passo em que averigua se o indivíduo atingiu o nível estatutário exigido, a prova também garante que a aprendizagem desses indivíduos seja simultaneamente igual, podendo, ainda, diferenciar as capacidades especiais de cada um. Por fim, o último processo da organização dos gêneses do corpo é estabelecer uma graduação de níveis entre os diferentes segmentos sequenciados gradualmente, completando, assim, o que podemos denominar de tempo disciplinar, o qual, consoante Foucault (2009, p.153):

Se impõe pouco a pouco à prática pedagógica — especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido; organizando diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldade crescente; qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram essas séries. [...] Forma-se toda uma pedagogia analítica, muito minuciosa (decompõe até aos mais simples elementos a matéria de ensino, hierarquiza no maior número possível de graus cada

fase do progresso) e também muito precoce em sua história (antecipa largamente as análises genéticas dos ideólogos dos quais aparece como o modelo técnico).

Os processos de organização das gêneses possibilitam um controle detalhado e uma intervenção pontual a cada momento do tempo. O sistema seriado e gradativamente sequencial das atividades permite caracterizar o indivíduo de acordo com o nível que ele se encontra:

O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização. Os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável. Em suma, um tempo ‘evolutivo’ (FOUCAULT, 2009, p. 154).

A continuidade temporal torna-se efeito e objeto da ação disciplinadora. Ao mesmo tempo, a seriação do tempo encontra outro procedimento que funciona como verdadeira “manobra” para o controle e a economia das atividades – o exercício:

Técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas. Dirigindo o comportamento para um estado terminal, o exercício permite uma perpétua caracterização do indivíduo seja em relação a esse termo, seja em relação aos outros indivíduos, seja em relação a um tipo de percurso. Assim, realiza, na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma qualificação (FOUCAULT, 2009, p. 155).

Foucault (2009) ressalta que, antes de tomar essa forma estritamente disciplinar, o exercício, travestido de um semblante místico ou ascético, era usado por entidades de natureza religiosa como forma de ordenar o tempo terreno para a conquista da salvação eterna. Com o decorrer do tempo, na história do Ocidente, o exercício inverte esse sentido guardando algumas características:

Serve para economizar o tempo da vida, para acumulá-lo de uma maneira útil, e para exercer o poder sobre os homens por meio do tempo assim arrumado. O exercício, transformado em elemento de uma tecnologia política do corpo e da duração, não culmina num mundo além; mas tende para uma sujeição que nunca terminou de se completar (FOUCAULT, 2009, p. 156).

Completando as formas de individualidade disciplinar, a composição das forças, derradeira parte do capítulo sobre a docilidade dos corpos, procura atender às exigências criadas a partir da necessidade de encontrar uma prática eficiente de localização individual e coletiva:

Surge assim uma exigência nova a que a disciplina tem que atender: construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente (FOUCAULT, 2009, p. 158).

Para atender a essas exigências, três requisitos são elencados pelo escritor de *Microfísica do Poder*. O primeiro é a transformação do corpo singular em um elemento susceptível de localização, distribuição, movimentação e articulação com os demais. Cada indivíduo é convertido em um inexpandível fragmento, limitado à funcionalidade de seu corpo, todavia, pertencente a uma grande rede à qual se articula. Em suma, “o corpo se constitui como peça de uma máquina multissegmentar” (FOUCAULT, 2009, p. 158). O segundo requisito da composição das forças é a combinação das várias séries cronológicas formando um tempo composto, ou seja, a coexistência entre diferentes gerações de um mesmo ciclo, em que o tempo de uns deve-se ajustar ao tempo de outros de maneira que se possa extrair a máxima quantidade de forças de cada um e combiná-la em um ótimo resultado final. Para ilustrar esse procedimento, Foucault (2009, p. 159) aponta o método Lancaster, usado até hoje em muitas escolas e universidades:

Confiaram-se primeiro aos alunos mais velhos tarefas de simples fiscalização, depois de controle do trabalho, em seguida, de ensino; e então no fim das contas, todo o tempo de todos os alunos estava ocupado seja ensinando, seja aprendendo. A escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino.

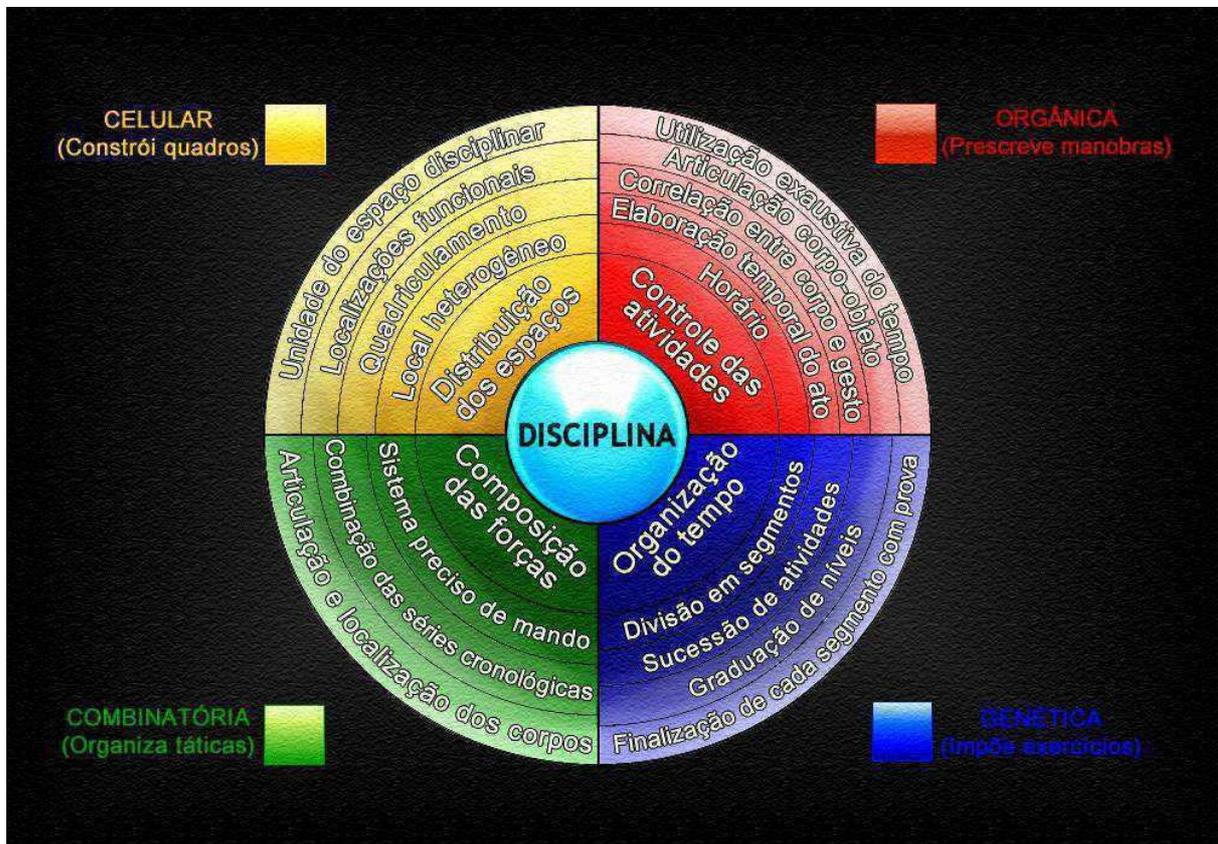
O método Lancaster é também conhecido como método de ensino mútuo ou monitorial, ou seja, os alunos mais avançados instruem aqueles desprovidos dos conhecimentos intelectuais a serem estudados. Para Foucault (2009), essa combinação, cuidadosamente medida, das forças exige um sistema preciso de comando, terceira condição para o arranjo das forças.

Segundo o filósofo francês, toda a atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza. A ordem não precisa ser explicada nem mesmo formulada, ela, por si, é necessária e suficiente para provocar o comportamento desejado (FOUCAULT, 2009, p. 159). Do mestre de disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal e reagir a ele de acordo com um código estabelecido previamente. O treinamento escolar adere a esse mesmo esquema:

O treinamento das escolares deve ser feito da mesma maneira: poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais – sinos, palmas, gestos, simples olhar do mestre, ou ainda aquele pequeno aparelho de madeira que os Irmãos das Escolas Cristãs usavam; era chamado por excelência o ‘Sinal’ e devia significar em sua brevidade maquinal ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência (FOUCAULT, 2009, p. 160).

O aluno deve internalizar o código imposto e atender a ele automaticamente, sem perguntas ou divergências.

A disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou melhor, uma individualidade dotada de quatro características, elucidadas no gráfico abaixo:



Em suma, considerando-se o que apontamos até o presente momento, a individualidade produzida pela disciplina é composta de quatro propriedades, conforme discriminamos no gráfico acima: **celular**, pelo jogo da repartição espacial; **orgânica**, por codificar as atividades; **genética**, por acumular o tempo; e **combinatória**, por compor as forças. Para tanto, a disciplina utiliza-se de quatro grandes técnicas, uma para cada propriedade. A primeira é a *construção de quadros vivos*. Referente à repartição dos indivíduos ou ao recorte celular, esse procedimento transforma multidões confusas, inúteis ou

perigosas em multiplicidades organizadas, obtendo-se, assim, um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma “ordem”.

A segunda técnica, referente à economia das atividades e ao controle orgânico, é a *prescrição de manobras*, que consiste em decompor as ações em duas séries paralelas: a dos elementos do corpo que serão postos em jogo e a dos elementos do objeto manipulado. Colocando em correlação uns com os outros segundo certo número de gestos simples, fixa-se uma ordem canônica em que cada uma dessas correlações ocupa um lugar determinado.

O terceiro método, ligado à seriação do tempo, é a *imposição de exercícios*, técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas, dirigindo o comportamento dos indivíduos para um estado terminal. Assim, realizam-se, na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma qualificação.

A quarta técnica, utilizada para a combinação das forças, é a *organização de táticas*. A tática, arte de construir aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada, é, para Foucault (2009, p. 161), a forma mais elevada de prática disciplinar, porém, para ela depende de corpos localizados, de atividades codificadas e de aptidões formadas para se firmar como tal. Nesse saber, os teóricos do século XVIII viam o fundamento geral de toda a prática militar, desde o controle e o exercício dos corpos individuais, passando pela utilização das forças específicas até as multiplicidades mais complexas (FOUCAULT, 2009).

Todavia, é importante observar, mais uma vez, que o poder disciplinar não se utiliza de mecanismos violentos para obter êxito. Sua eficácia deve-se à capacidade de estar sempre presente, adestrando os corpos, utilizando-os cada vez mais e melhor, porém de forma tão sutil que sua presença seja algo que passe despercebido aos olhos dos sujeitos domesticados. O poder disciplinar não retém as forças do indivíduo no intuito de reduzi-las. Ele procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las para um determinado objetivo. Enfim, ele transforma, sem ser notado, possíveis sujeitos críticos, pensantes e agentes de mudança em indivíduos coisificados, manipuláveis e obedientes:

A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado (FOUCAULT, 2009, p. 164).

O poder disciplinar “adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis no que se refere ao corpo e à força. Ele as divide em pequenas células separadas que se articulam entre si para formar uma grande massa controlável, transformando, assim, o que outrora era um aglomerado indefinido em uma multiplicidade de elementos individuais. Usando um exemplo prático, é como se o poder disciplinar fosse um pedreiro perfeccionista que pegasse um amontoado de tijolos e os separasse, classificando cada um de acordo com suas respectivas características, e os reorganizasse em uma grande parede que, por sua vez, fora planejada para atender a um determinado objetivo final.

Para Foucault (2009), o sucesso do poder disciplinar se deve ao uso de instrumentos simples: o **olhar hierárquico**, a **sanção normalizadora** e o **exame**. O olhar hierárquico nada mais é do que um dispositivo, predisposto pela prática disciplinar, que induz, através da observação, os efeitos do poder. Os meios de coerção tornam-se visíveis àqueles sobre quem se aplicam apenas por meio do olhar, ou seja, através de múltiplas técnicas de constante observação. Na óptica foucaultiana, o modelo quase ideal de “observatório” seria o acampamento militar:

O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou pelo menos o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas. Princípio do ‘encastramento’ (FOUCAULT, 2009, p. 165-166).

No acampamento perfeito, no qual cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder, a disciplina seria exercida somente pela prática de vigilância exata. Contudo, esse artifício gera uma problemática: a criação de uma arquitetura específica para as instituições disciplinares, pois, com a técnica de vigilância hierárquica, tais estabelecimentos não se objetivam a vigiar o espaço exterior, como é o caso das fortalezas, mas, sim, permitir um primoroso controle interior, articulado e detalhado, para tornar visíveis os que neles se encontram. Uma nova arquitetura é pensada unicamente para servir de operador para a transformação dos indivíduos:

Adestrar corpos vigorosos, imperativo de saúde; obter oficiais competentes, imperativo de qualificação; formar militares obedientes, imperativo político; prevenir a devassidão e a homossexualidade, imperativo de moralidade. Quádrupla razão para estabelecer separações estanques entre os indivíduos, mas também aberturas para observação contínua. O próprio edifício da Escola devia ser um aparelho de vigiar (FOUCAULT, 2009, p. 166).

A arquitetura, enfim, deve propiciar meios para uma perfeita vigilância sem falhas, objetiva e progressiva quanto ao quadriculamento cada vez mais detalhado dos comportamentos individuais. As instituições disciplinares devem produzir, portanto, um completo maquinário de controle que funcione como um verdadeiro microscópio do comportamento, transformando o estabelecimento em um aparelho de observação, registro e treinamento. Para tanto, o aparelho disciplinar perfeito necessitaria exclusivamente de um singular olhar central, permanentemente alerta, e ponto fundamental de todo o sistema de disciplinamento. Além disso, ao passo em que deve servir como fonte de luz para todas as coisas, esse singular olhar central deve ser ainda lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido, enfim, um olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem (FOUCAULT, 2009).

Todavia, esse “olhar vigilante”, por mais que almeje, nunca será onisciente, tampouco onipresente. Logo, necessita de meios para uma distribuição escalar da vigilância, fazendo desta um sistema ramificado em formato piramidal. A vigilância forma uma complexa rede que articula entre si os diversos níveis de poder, porém de maneira discreta o bastante para não pesar como uma massa inerte sobre a atividade disciplinar e não ser para ela um freio ou um obstáculo:

O poder disciplinar [...] torna-se um sistema ‘integrado’, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente: essa rede ‘sustenta’ o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (FOUCAULT, 2009, p. 170).

A disciplina fabrica um tipo específico de poder e o distribui aos indivíduos de forma permanente e contínuo, fazendo funcionar uma espécie de “poder relacional”, substituindo, assim, as manifestações físicas pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. O poder torna-se menos “corporal” e mais “psicológico” fazendo com que o domínio sobre o corpo se efetue segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de graus e, pelo menos em princípio, sem utilizar-se de força e/ou de violência em excesso (FOUCAULT, 2009). Isso permite ao poder disciplinar ser absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio, e, ao mesmo tempo, categoricamente indiscreto, pois se encontra em toda parte e está sempre alerta, nunca deixando nenhuma parte às escuras, além de controlar continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar.

No tocante à sanção normalizadora, segundo instrumento para o sucesso do poder disciplinar, Foucault (2009) aponta quatro aspectos básicos que nele se constituem: repressão, punição, castigo e classificação. Segundo o pensador francês, todos os sistemas disciplinares, em sua essência, funcionam a partir de um pequeno mecanismo penal. Para ele, as instituições disciplinares estabelecem uma “infrapenalidade”, quadriculando e qualificando o espaço e reprimindo um conjunto de comportamentos:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade **do tempo** (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), **da atividade** (desatenção, negligência, falta de zelo), **da maneira de ser** (grosseria, desobediência), **dos discursos** (tagarelice, insolência), **do corpo** (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), **da sexualidade** (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tomar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar (FOUCAULT, 2009, p. 172; negritos nossos).

Simultaneamente à repressão, é utilizada, a título de punição, toda uma série de sutis artifícios de prevenção coerciva, que varia de um leve castigo físico a longos períodos de privações e pequenas humilhações. Trata-se de, ao passo em que se penalizam os fragmentos mais imperceptíveis de má conduta, dá-se uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar. Faz-se importante, ainda, ressaltar a diferença entre punição e castigo disciplinar, segundo e terceiro aspectos da sanção normalizadora.

O castigo disciplinar exerce o papel de diminuir as anormalidades. É um mecanismo altamente mortificador e essencialmente corretivo que respeita uma ordem de natureza combinada, ou seja, é uma ordem “artificial”, colocada de maneira explícita por uma lei, um programa, um regulamento, mas também é uma ordem definida por processos naturais e observáveis: a duração de um aprendizado, o tempo de um exercício e o nível de aptidão de cada indivíduo são levados em consideração e têm, por referência, uma determinada regularidade.

A punição disciplinar, por sua vez, emprega um sistema dualista que se torna operante no processo de treinamento e de correção: a gratificação-sanção. Tal sistema permite uma qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos. Em vez da simples separação do proibido, como é feito pela justiça penal, temos uma distribuição entre polo positivo e polo negativo. A partir dessa distribuição, são estabelecidas uma quantificação e uma economia traduzida em números. Uma contabilidade penal, constantemente posta em dia, permite obter o balanço positivo de cada um, hierarquizando,

numa relação mútua, os “bons” e os “maus” indivíduos, completando, enfim, as características da sanção normalizadora: a divisão segundo as classificações ou os graus de cada sujeito.

Essa classificação tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição:

Através dessa microeconomia de uma penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor. A disciplina, ao sancionar os atos com exatidão, avalia os indivíduos ‘com verdade’; a penalidade que ela põe em execução se integra no ciclo de conhecimento dos indivíduos (FOUCAULT, 2009, p. 174).

Com a classificação e a penalidade hierarquizante, os sujeitos são distribuídos de acordo com suas aptidões, seu comportamento e, sobretudo, segundo o uso que se poderá fazer deles dentro da instituição em que estão vinculados. Conforme Foucault (2009, p. 176), a arte de punir, no regime do poder disciplinar, resumindo tudo o que foi dito, põe em funcionamento cinco operações bem distintas. A primeira trata de relacionar os atos, os desempenhos e os comportamentos singulares a um conjunto de regras que devem ser seguidas. A segunda diferencia os indivíduos em relação uns aos outros e em função desse conjunto de regra. A terceira mede, em termos quantitativos, e hierarquiza, em termos de valor, as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. O quarto faz funcionar, através dessa medida “valorizadora”, a coerção de uma concordância a ser realizada. A última operação traça o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças: a fronteira externa do anormal.

Os dispositivos disciplinares produzem, com isso, o “poder da Norma”. Esse poder de regulamentação, ao passo em que obriga à homogeneidade, individualiza os sujeitos, permitindo medir seus desvios, determinar seus níveis, fixar especialidades e tomar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois, dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais.

Combinando as técnicas de vigilância hierárquica com as sanções normalizadoras, deliberadas anteriormente como instrumentos imprescindíveis para o bom proveito do poder

disciplinador, sobrevém um terceiro procedimento, bastante específico, que permite vigiar qualificar, classificar e punir – o exame:

O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. [...] o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre (FOUCAULT, 2009, p. 179).

Por meio do exame, estabelece-se sobre os indivíduos uma constante visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. O exame supõe um mecanismo que liga determinados tipos de formação do saber a certas formas de exercício do poder. Para Foucault (2009), o exame atende a três necessidades. A primeira é encobrir a visibilidade do próprio exercício do poder, que, ao contrário do poder disciplinar, se manifesta nitidamente sobre os que por ele são subjugados. O exame é a técnica pela qual o poder, em vez de emitir os sinais de seu poderio e impor sua marca sobre seus subordinados, apreende-os em um mecanismo de objetivação. De certo ponto, o exame vale como cerimônia dessa objetivação:

Até então o papel da cerimônia política fora dar lugar à manifestação ao mesmo tempo excessiva e regulamentada do poder [...] A aparição solene do soberano trazia consigo qualquer coisa da consagração do coroamento, do retomo da vitória; até mesmo os faustos funerários se desenrolavam no brilho do poderio exibido. Já a disciplina tem seu próprio tipo de cerimônia. Não é o triunfo, é a revista, é a ‘parada’, forma faustosa do exame. Os ‘súditos’ são aí oferecidos como ‘objetos’ à observação de um poder que só se manifesta pelo olhar. Não recebem diretamente a imagem do poderio soberano; apenas mostram seus efeitos – e por assim dizer em baixo relevo – sobre seus corpos tomados exatamente legíveis e dóceis (FOUCAULT, 2009, p. 180).

Na disciplina, os submissos têm a obrigação de serem observados, não o agente dominador, pois é justamente o fato de sempre poder ser visto que mantém o indivíduo continuamente sujeitado. É, pois, sua “exposição” que assegura a garra do poder exercer sobre eles seu domínio.

A segunda necessidade atendida pelo exame é fazer com que a individualidade de cada indivíduo entre na esfera da documentação. Ou seja, colocando os indivíduos em constante vigilância, o exame os situa em uma rede de anotações escritas, captando e fixando-os em uma determinada quantidade de documentos, resultando, no fim das contas, em um arquivo absolutamente rico em detalhes e minúcias acerca de cada sujeito. Resolve-se, assim, o problema de muitas instituições, como nos estabelecimentos de ensino, onde era forçoso

caracterizar a aptidão de cada sujeito, situar seu nível e capacidades, indicar a utilização eventual que se pode fazer dele.

O exame traz consigo uma formação de uma série de códigos de individualidade disciplinar, permitindo transcrever e homogeneizar os traços individuais de cada pessoa, assim como seus comportamentos, desempenhos, qualificações, dentre outras características. Por fim, o exame demarca o que Foucault chama de “formalização do individual dentro de relações do poder”:

Graças a todo esse aparelho de escrita que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: **a constituição do indivíduo como objeto** descritível, analisável, não, contudo, para reduzi-lo a traços “específicos”, como fazem os naturalistas a respeito dos seres vivos; [...] e por outro lado **a constituição de um sistema comparativo** que permite a medida de fenômenos globais, descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa de desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa “população” (FOUCAULT, 2009, p. 182; negritos nossos).

Existem outras inovações feitas pela escrita disciplinar. Elas se referem à correlação desses elementos, à acumulação dos documentos, à sua seriação, à organização de campos comparativos que permitam classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas.

Por fim, a terceira necessidade atendida pelo exame é cercada de todas essas técnicas documentárias vistas anteriormente, já que o intuito dela é fazer com que cada indivíduo torne-se um “caso”. Em outras palavras, o indivíduo é transformado em um mero item, um simples objeto facilmente descrito, mensurado, medido e comparado a outros, classificado, normalizado e/ou excluído:

O exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Portanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente (FOUCAULT, 2009, p. 183-184).

Dentro da óptica foucaultiana, todos os pontos elencados até aqui e que versam sobre a relação entre poder e disciplina apresentam um ponto de convergência: o panóptico. O

panóptico de Bentham<sup>3</sup> é considerado a figura arquitetural que melhor organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Invertendo quase que totalmente os princípios da masmorra (ou seja, trancar, privar de luz e esconder), o panóptico conserva o primeiro desses princípios e elimina os outros dois, pois é entendido que a luz e o olhar vigilante captam melhor que a sombra, já que esta, além de esconder, protege o vigiado. Isolando cada sujeito em sua sela, vigiada de frente pelo vigia, e impedindo que esse faça qualquer contato com outrem, a estrutura panóptica evita toda e qualquer tipo de massa compacta e perigosa. A multidão, que via de regra funciona como local de múltiplas trocas, é substancialmente eliminada em proveito de uma coleção de individualidades.

Sendo objeto de uma informação, nunca sujeito em uma comunicação, o indivíduo é sempre visto, mas nunca vê. Constantemente induzido a um estado consciente e permanente de visibilidade, ele próprio assegura o funcionamento automático do poder. O principal objetivo do panóptico é justamente este: fazer com que a vigilância seja constante em seus efeitos, mesmo se descontinuamente em sua ação. Para tanto, necessário se faz, nos sujeitos, essa consciência de constante vigilância sobre si:

É ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente. Por isso Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (FOUCAULT, 2009, p. 191).

Para criar e sustentar uma relação de poder, independente daquele que exerce, não é necessário recorrer à força. Para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação e o doente à observância das receitas, basta apenas submeter sobre estes um campo de completa visibilidade e conscientizá-los sobre isso. Cientes dessa exposição constante, eles próprios farão funcionar, espontaneamente sobre si mesmos, as limitações do poder, desempenhando, assim, simultaneamente, os dois

---

<sup>3</sup> Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo e jurista inglês, foi o idealizador do Panóptico, modelo de centro penitenciário, mas também um plano exemplo para todas as instituições educacionais, de assistência e de trabalho. O princípio do panóptico é assaz descrito por Foucault (2009): na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar.

papéis da relação de poder: tornando-se o princípio e fim de sua própria sujeição. Em suma, o panóptico é uma máquina onde se desagrega o “ver” com o “ser visto”. No anel periférico, é-se totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto. Existe, então, uma sujeição real a partir de uma relação fictícia.

Para o escritor de *Vigiar e Punir*, o panóptico pode ser compreendido como um intensificador para qualquer aparelho de poder. Ao passo em que ele assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo), ainda garante sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos. O panóptico tem ainda um papel de amplificação. Diferente das figuras monárquicas, ele não personifica o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada, mas, sim, uma forma de tornar mais fortes as forças sociais e seus efeitos:

O corpo do rei, com sua estranha presença material e mítica, com a força que ele mesmo exhibe ou transmite a alguns, está no extremo oposto dessa nova física do poder definida pelo panoptismo; seu campo é ao contrário toda aquela região de baixo, a dos corpos irregulares, com seus detalhes, seus movimentos múltiplos, suas forças heterogêneas, suas relações espaciais; são mecanismos que analisam distribuições, desvios, séries, combinações, e utilizam instrumentos para tomar visível, registrar, diferenciar e comparar: física de um poder relacional e múltiplo, que tem sua intensidade máxima não na pessoa do rei, mas nos corpos que essas relações, justamente, permitem individualizar (FOUCAULT, 2009, p. 197).

Finalmente, o sistema panóptico faz com que o exercício do poder não se acrescente de fora, como uma limitação rígida ou como um peso, sobre as funções que investe, mas que esteja nelas presente bastante sutilmente para aumentar-lhes a eficácia aumentando ele mesmo seus próprios pontos de apoio. O dispositivo panóptico não é apenas um local de troca entre um mecanismo de poder e uma função, mas uma maneira de fazer funcionar relações de poder em uma função e, além disso, uma função para essas relações de poder.

Conforme vimos argumentando ao longo deste capítulo, o poder, pela visão foucaultiana, está, em todas as sociedades, diretamente ligado ao corpo. É sobre ele que se impõem as obrigações, as limitações e as proibições. Daí desponta a noção de docilidade, ou seja, corpos dóceis submetidos, utilizados e aperfeiçoados em função do poder.

Constatando-se a ação de uns indivíduos sobre outros, Foucault (2009) entende, ainda, que o poder é relacional, móvel e pulverizado sobre as diversas relações e pode ser positivo, quando é necessário, e contém uma função social. Esse poder, segundo ele, não é único e estático. Ele constrói-se a partir de práticas e técnicas cotidianas, distribuídas por todas as instituições sociais através de seus mecanismos, conjunto de técnicas nomeado de *Disciplina*, a qual, resumidamente, pode ser apresentada da seguinte forma:

A forma da individualidade disciplinar responde, segundo Foucault, a quatro características: celular, orgânica genética e combinatória. Cada uma dessas características corresponde a técnicas do poder disciplinar: 1) **A distribuição dos corpos no espaço**. Para isso, são empregados vários procedimentos. A clausura: definição do lugar heterogêneo. O quadriculamento: localização elementar, cada corpo em seu lugar, tantos espaços como corpos. Localizações funcionais: articulação de espaço individual, por exemplo, com os processos de produção. A unidade do espaço disciplinar é a posição na fila [...]: espaço definido a partir de uma classificação. Em outras palavras, trata-se de ordenar a multiplicidade confusa, de criar um quadro vivente. 2) **O controle da atividade**: horário (atividades regulares afinadas em minutos), elaboração temporal do ato (ajustar o corpo aos imperativos temporais), correlação entre corpos e os gestos (o corpo disciplinado favorece um gesto eficaz), articulação do corpo com os objetos, utilização exaustiva do tempo. 3) **A organização da gênese** (O problema é como capitalizar o tempo): divisão do tempo em segmentos nos quais se deve chegar a um termo, serialização das atividades sucessivas, o exercício como técnica que impõe aos corpos tarefas repetitivas e diferentes, porém graduadas. 4) **A composição das forças**: articulação e localização dos corpos, combinação das séries cronológicas, sistema preciso de mando (CASTRO, 2009, p. 112; negritos nossos).

Não exercendo nunca um papel de opressão, a disciplina, conforme vimos anteriormente neste capítulo, não se trata da expressão do desejo de um tirano ou do abuso da violência e da injustiça. Ela funciona como uma “empresa” que desenvolve as aptidões de seus “funcionários” de forma progressiva, com o intuito de aproveitá-los ao máximo para seu próprio uso. Como tal, a disciplina esteve presente na maioria das práticas sociais da Europa Ocidental do século XVIII e início do século XIX, seja em internatos, escola, hospitais, prisões, seja em qualquer outro ambiente que pudesse se revestir do caráter disciplinar. Nesses ambientes, vigiar, punir e examinar os corpos são práticas recorrentes e funcionavam como mecanismos operatórios da técnica de poder disciplinar, aspecto este que evidenciaremos no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO II**

## Da Disciplina e de seus mecanismos em *O Ateneu*: leitura e interpretação

A educação não faz almas: exercita-as. E o exercício moral não vem das belas palavras de virtude, mas do atrito com as circunstâncias.

Raul Pompéia

Dentre as instituições em que melhor se manifestam os mecanismos disciplinadores, de que tratamos no capítulo anterior, o internato, na óptica foucaultiana, aparece como o regime educacional que mais se aproxima do padrão ideal de funcionamento, isto é, que consegue moldar, domesticar e docilizar os corpos. Por se tratar de um ambiente estruturalmente concebido para a aplicação de técnicas disciplinares específicas, são utilizados, no interior do internato, métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, sujeitando-os constantemente, de maneira que se instaure um estado de completa docilidade e utilidade social. Na literatura brasileira, uma das obras em que fica perceptível o quanto o internato é um espaço de disciplinamento é o romance *O Ateneu*<sup>4</sup>, de Raul Pompéia.

Publicado originalmente em 1888 na Gazeta de Notícias, sob o formato de folhetins, como era comum na época, *O Ateneu*, cujo subtítulo, “Crônica de saudades”, já antecipa ao leitor tratar-se de um romance memorialista, constitui-se na obra que consagrou definitivamente o escritor carioca Raul d’Ávila Pompéia. Escrito em primeira pessoa, o romance possui um enredo não estruturado convencionalmente, isto é, com um início, meio e fim bem definidos. Os acontecimentos são apresentados como quadros independentes, encadeados uns sobre os outros, formando, porém, uma ordem lógica e coerente. Por ser um romance de memória, cujos fatos, pessoas e lugares vão sendo apresentados conforme deles o narrador tem lembranças, predomina na obra um tempo psicológico. Ambientado na cidade do Rio de Janeiro, lugar onde se situava o colégio interno que empresta nome à obra, por volta da última década do século XIX, *O ateneu* narra as experiências vividas pelo protagonista-narrador, Sérgio, durante os dois anos de estudo no internato. Através de uma série de episódios, a história inicia-se com a entrada de Sérgio no colégio e se finda com o incêndio criminoso que destrói quase que totalmente a instituição de ensino.

---

<sup>4</sup> Ao longo deste capítulo, quando estivermos referindo-nos ao romance de Raul Pompéia, utilizaremos o nome da obra grifado em itálico. Quando, todavia, for necessário fazer menção ao internato representado no romance do referido escritor e denominado de Ateneu utilizaremos o nome da instituição sem grifos.

Em 1888, ano de sua publicação, três tendências ocupavam o cenário literário brasileiro da época. Mesmo que em declínio, ainda podiam-se notar resíduos do romantismo. O realismo, por sua vez, estabilizava-se placidamente, enquanto o naturalismo atingia o seu ponto máximo. Diante do panorama literário em que se situa, *O Ateneu*, além de apresentar traços dessas três escolas, ainda apresenta notáveis influências impressionistas, tornando quase que impossível para a crítica especializada estabelecer uma classificação exata para o romance:

*O Ateneu* é, pois, obra que desafia qualquer classificação inequívoca. Nele confluem de maneira original as várias tendências que se cruzavam no panorama literário da época. Como características românticas podem ser apontadas: a forma autobiográfica do romance, escrito em primeira pessoa; a extrema subjetividade pela qual são registrados os acontecimentos; o papel da natureza ali desempenhado; o lirismo que aponta aqui e ali; etc. Do naturalismo, pode ser visto: a morbidez patológica das personagens; a exaltação dos baixos instintos, notadamente os sexuais vistos como imorais, a estreita relação meio-caráter; etc. O impressionismo pode ser sentido nas técnicas de apresentação dos acontecimentos e personagens, na estrutura orbital e não linear da narrativa que segue um tempo psicológico e não cronológico; no relevo que as cores têm ali acompanhado as sensações visuais exploradas pelo escritor (HEREDIA, 1979, p. 20).

Desde logo apontada como autobiográfica, devido às inúmeras coincidências entre o registro literário e a vida do autor, a obra configura-se, de acordo com a visão crítica de Heredia (1979), como um microcosmo não só da vida íntima do escritor, mas também da sociedade de sua época, período marcado por grandes transformações na esfera política:

Ao se aceitar as estreitas relações existentes entre o mundo real e o mundo literário criado no romance *O Ateneu*, o que de imediato chama a atenção é a sátira e a ironia que servem de instrumento ao romancista para a criação desse microcosmo. Dentre os vários elementos que aí são magistralmente construídos, através de uma perspectiva satírica, avulta a presença de Aristarco, o despótico diretor que, ao que tudo indica, tinha como um de seus mais importantes componentes a figura do imperador brasileiro D. Pedro II, e seu poder autocrático (HEREDIA, 1979, p. 23).

Além de Sérgio, o narrador-protagonista, uma das personagens que mais se destacam é o diretor do Ateneu: Aristarco Argolo dos Ramos. Fiel à reprodução do regime autoritarista, tendo em vista que dirigia o Ateneu de maneira semelhante a um imperador, ele simboliza, ainda, como seu próprio nome já sugere<sup>5</sup>, uma das classes mais privilegiadas pelo sistema vigente então – a aristocracia brasileira. Todavia, tanto a aristocracia como outra entidade

---

<sup>5</sup> Analisando ainda mais profundamente o nome do diretor do Ateneu, Aristarco Argolo dos Ramos, poderemos constatar que o radical “aristo”, do grego *áristo*, significa “excelente/o melhor”, enquanto “arco”, do grego *arkhós*, significa “o que conduz/guia” ou, então, “o mais poderoso”. O nome *Aristarco*, etimologicamente, significa, portanto, “governante dos melhores”.

representada por Aristarco, o sistema educacional da época, passavam, conforme Heredia (1979), por um constante estágio de deterioração pela desagregação dos costumes e dos valores.

Quanto à representação desse sistema educacional dominante nesse período, sistema este marcado “pela falta de incentivo à participação e criatividade dos discípulos, um modelo de ensino rígido e sempre estruturado em função de uma formação ‘moral’ irrepreensível” (HOSIASSON, 1988, p. 68), podemos observar que, ao longo de toda a obra, Pompéia tece inúmeras críticas, através do discurso do narrador, a essa pedagogia unilateral que, além de estabelecer conhecimentos pré-fabricados, escolhidos e aplicados como espécie de dogma, ainda se utiliza da retórica para difundir um discurso, baseado na moral, como forma de se autopromover:

O discurso satírico do narrador antecipa de quase um século a crítica dialética a toda a educação que se resume em ‘motivar’ o aluno pelo aliciamento dos sentidos a ponto de embotar na sua alma o critério da verdade. O discernimento vai sendo amolentado pelas técnicas prazerosas da propaganda e do marketing (BOSI, 2003, p. 56).

Na qualidade de colégio interno e, sobretudo, de instituição cuja função central, em tese, era moldar o sujeito para a sociedade, bem dentro dos objetivos que movem o disciplinamento, o Ateneu deveria ter como apanágio a construção moral, física e intelectual dos indivíduos. O que existe, de fato, é um ambiente educacional cujo gestor está preocupado unicamente com a propagação de uma imagem, seja a da instituição, seja a do próprio Aristarco. Nas primeiras páginas da obra, o narrador-protagonista expõe como a imagem de colégio-modelo é difundida:

*Ateneu* era o grande colégio da época. Afamado por um sistema de nutrido reclame, mantido por um diretor que de tempos a tempos reformava o estabelecimento, pintando-o jeitosamente de novidade, como os negociantes que liquidam para recomeçar com artigos de última remessa [...] Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedidos, à substância, atochando a imprensa dos lugarejos, caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas com o ofegante e esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda a parte com a sua invasão de capas azuis, róseas, amarelas, em que o nome de Aristarco, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerador dos esfaimados de alfabeto dos confins da pátria (POMPÉIA, 1979, p.12).

No exemplo acima, podemos perceber o quanto se vende a imagem de instituição de ensino comprometida em oferecer ao seu público-alvo os melhores métodos, livros e educadores. Todavia, o narrador, através de uma caracterização irônica e ácida, desconstrói o

discurso de Aristarco, evidenciando as duas facetas do mesmo Ateneu: a vendida por Aristarco, e a vivida por Sérgio. Em outras palavras, Aristarco, pela óptica do narrador, é representado como indivíduo de dúplice personalidade: por trás da imagem de pedagogo sério e preocupado, sempre exposta publicamente, esconde-se uma natureza corrupta e sem escrúpulos, já que suas ações se resumem a um objetivo – a autopromoção. Não é à toa que os professores, em eventos ou apresentações públicas, nunca eram colocados em primeiro plano. Se acaso fossem, seria no único intuito de engrandecer a figura imponente de Aristarco, que não economizava esforços para associar seu nome à imagem de grande pedagogo, autor de manuais educativos, dedicado à formação da fina flor da mocidade brasileira oitocentista.

Ao visitar o Ateneu para ser matricular, a Sérgio, na companhia do pai, são apresentadas as instalações do internato. Aristarco adequava à apresentação o acolhimento e o tratamento para com o aluno de acordo com a idade, a personalidade e a condução financeira de cada possível interno. Sérgio, como aluno novato e menino de onze anos acostumado com o zelo e aconchego materno, deveria ser tratado, inicialmente, da melhor maneira possível. Como era filho de abastada família, a seu pai deveria ser passada a melhor das impressões acerca do internato que acolheria Sérgio a fim de prepará-lo para a vida em sociedade.

Enfatizando seus trinta anos de tentativas e resultados na área da educação, onde cuidara de diversas gerações passadas, influentes no destino do país, o diretor do internato mostrava-se como dedicado pesquisador, cuidadoso em procurar sempre novos métodos e reformas didático-pedagógicas, visando sempre ao melhor atendimento aos estudantes e pais:

Não bastava a abolição dos castigos corporais, [...] Era preciso a introdução de métodos novos, supressão absoluta dos vexames de punição, modalidades aperfeiçoadas no sistema das recompensas, ajeitação dos trabalhos, de maneira que seja a escola um paraíso; adoção de normas desconhecidas cuja eficácia ele pressentia, perspicaz como as águias (POMPÉIA, 1979, p. 21).

Aristarco, como um vendedor a expor as qualidades de seu produto, evidencia as características de seu colégio, acentuando-as demasiadamente, beirando o exagero:

O meu colégio é apenas maior que o lar doméstico. O amor não é precisamente o mesmo, mas os cuidados de vigilância são mais ativos. São as crianças os meus prediletos. Os meus esforços mais desvelados são para os pequenos. Se adoecem e a família está fora, não os confio a um correspondente... Trato-os aqui, em minha casa (POMPÉIA, 1979, p. 21).

Depois de uma longa série de elogios narcisistas, o diretor do Ateneu chega a uma das questões mais importantes a ser tratada, cuidadosamente especificada e discutida por ele – o código do internato:

No *Ateneu*, a imoralidade não existe! Velo pela candura das crianças, como se fossem, não digo meus filhos: minhas próprias filhas! O *Ateneu* é um colégio moralizado! E eu aviso muito a tempo... Eu tenho um código... – Neste ponto o diretor levantou-se de salto e mostrou um grande quadro à parede. – Aqui está o nosso código. Leiam! Todas as culpas são prevenidas, uma pena para cada hipótese: o caso da imoralidade não está lá. O parricídio não figurava na lei grega. Aqui não está a imoralidade. **Se a desgraça ocorre, a justiça é o meu terror e a lei é o meu arbítrio!** Briguem depois os senhores pais! (POMPÉIA, 1979, p. 24; negritos nossos).

Para evitar qualquer tipo de falta e/ou agravo, é imprescindível que todos estejam cientes dos preceitos estabelecidos pela instituição, como também as punições advindas do desrespeito a qualquer uma delas. Logo, era preciso deixar claro aos pais (e, sobretudo, aos alunos) as leis que regiam a instituição, especialmente no caso de Sérgio, que até então nunca estivera em um ambiente com as características do colégio interno. Porém, para Aristarco, o ato de expor publicamente o código do Ateneu tem outro objetivo, além da conscientização sobre as normas e as sanções previstas pelo código: construir a imagem de pedagogo dedicado, paterno e apaixonado pela profissão, além de vigilante e responsável pelo cumprimento da lei, o que justificaria qualquer atitude mais “severa”:

Durante o tempo da visita, não falou Aristarco senão das suas lutas, suores que lhe custava a mocidade e que não eram justamente apreciados. ‘Um trabalho insano! **Moderar, animar, corrigir esta massa de caracteres, onde começa a ferver o fermento das inclinações;** encontrar e encaminhar a natureza na época dos violentos ímpetos; amordaçar excessivos ardores; retemperar o ânimo dos que se dão por vencidos precocemente; espreitar, adivinhar os temperamentos; prevenir a corrupção; desiludir as aparências sedutoras do mal; aproveitar os alvoroços do sangue para os nobres ensinamentos; prevenir a depravação dos inocentes; espiar os sítios obscuros; fiscalizar as amizades; desconfiar das hipocrisias; ser amoroso, ser violento, ser firme; triunfar dos sentimentos de compaixão para ser correto; proceder com segurança, para depois duvidar; punir para pedir perdão depois’ (POMPÉIA, 1979, p. 24; negritos nossos).

Aristarco, através de uma extraordinária eloquência discursiva, consegue, simultaneamente, se colocar como agente disciplinador, mas não como autoritário; legitimar para si todo tipo de poder, mas não arbitrariamente, tendo em vista que cumpre e faz cumprir um código e, por último e mais notável, eximir-se da responsabilidade da punição, manipulando a opinião dos pais, colocando-se não como algoz e opressor, mas como refém da ingrata missão de ser um educar firme, sendo obrigado a, muitas vezes, ser severo para fazer

cumprir a lei e manter a ordem. Foucault, discorrendo acerca de sanção normalizadora, em *Vigiar e Punir* (2009), observa que, na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona certo mecanismo penal, o qual:

É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instancias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma ‘infrapenalidade’; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença (FOUCAULT, 2009, p. 171).

Sendo assim, essa “penalidade perpétua”, que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares, estabelece, automaticamente, uma normatização das ações. Qualquer um que apresente um comportamento contrário ao fixado pela norma é, inexoravelmente, punido imediatamente. No Ateneu, se alguém fosse punido por Aristarco, mesmo que violento e/ou desumanamente, e quisesse queixar-se com uma outra autoridade, pais ou responsáveis, nada poderia ser feito, pois o diretor deixara bem claro: não era ele que estava punindo e sim a norma, o código.

Entretanto, mesmo diante de tudo o que fora visto acerca de Aristarco, não podemos deixar de ressaltar que ele, apesar de estar muito mais apreensivo em obter de sua escola lucro e prestígio do que formar cidadãos, era obrigado, seja para realmente manter a ordem disciplinar, seja para garantir a perenidade de sua empresa, a utilizar-se de vários mecanismos de disciplinamento a muitos dos quais fizemos referência no primeiro capítulo deste trabalho. Para que uma instituição como o internato consiga manter sua organização hierárquica e cumprir com seus objetivos, sociais, educacionais ou financeiros, é essencial que sejam respeitados e colocados em prática os mecanismos disciplinares. O Ateneu, conforme explicitaremos a seguir, sucumbe justamente por não serem respeitados alguns dos recursos para o bom adestramento apontados por Foucault (2009).

Conforme exposto no primeiro capítulo, a disciplina gera individualidades a partir de pelo menos quatro mecanismos de controle bastante específicos: distribuição dos espaços, o controle das atividades, a organização das gêneses e, por último, a composição das forças. Analisando a obra de Pompéia, encontramos muitos destes mecanismos, assim como suas respectivas técnicas de poder disciplinar, postos, constantemente, em prática no cotidiano do Ateneu.

As duas primeiras técnicas, evidentes em toda instituição de ensino, apontam para o *controle das atividades* e a *organização do tempo*. Enquanto esta divide e sequencia o tempo,

estabelecendo nele séries de séries, diferenciadas por diferentes níveis finalizados pela fixação de prova entre um e outro; aquele estabelece as obrigações relativas às ocupações de cada indivíduo, o ciclo de repetições e a duração de todo o transcurso dos alunos na aplicação de cada exercício, capitalizando o tempo dos sujeitos.

A *distribuição dos espaços*, terceiro mecanismo disciplinar, que apresenta quatro técnicas de poder disciplinar – especificação de lugar heterogêneo, quadriculamento, localização funcional e unidade de espaço disciplinar – é evidenciado pelo narrador em várias passagens da obra. A primeira dessas técnicas configura-se no próprio prédio do Ateneu, um local seguro, composto de partes de diferente natureza e fechado em si mesmo, onde a figura central do diretor impera diante de tudo e de todos, e onde a atmosfera, distante do mundo exterior, propicia a construção de um estabelecimento favorável ao disciplinamento dos corpos:

*O Ateneu estava situado no Rio Comprido, extremo ao chegar aos morros. As eminências de sombria pedra e a vegetação selvática debruçavam sobre o edifício um crepúsculo de melancolia, resistente ao próprio sol a pino dos meios-dias de novembro. Esta melancolia era um plágio ao detestável pavor monacal de outra casa de educação, o negro Caraça de Minas. Aristarco dava-se palmas desta tristeza aérea – a atmosfera moral da meditação e do estudo, definia, escolhida a dedo para maior luxo da casa, como um apêndice mínimo da arquitetura (POMPÉIA, 1979, p. 15).*

A organização do espaço físico da instituição, mecanismo indispensável para o controle dos alunos, é denominada de quadriculamento dos corpos, ou seja, a determinação de um local específico para cada indivíduo. Assim, os alunos, classificados, repartidos e organizados, tornam o controle geral da massa uma tarefa menos problemática para os vigilantes. O pequeno Sérgio, em seus primeiros dias de interno, observa, ainda, um dos efeitos desse quadriculamento – o sentimento de solidão e carência, acompanhados pelo remorso advindo da reflexão acerca dos próprios atos:

*Uma hora mais tarde, na cama de ferro do salão azul, compenetrado da tristeza de hospital dos dormitórios, fundos na sombra do gás mortiço, trincando a colcha branca, eu meditava o retrospecto do meu dia [...] Pela noite adentro, comparsas de pesadelo, perseguiram-me as imagens várias do atribulado dia (POMPÉIA, 1979, p. 30-31).*

No tocante à localização funcional do espaço, mecanismo disciplinar ligado à distribuição espacial, observamos que toda a estrutura arquitetônica do Ateneu atende às múltiplas necessidades exigidas, sejam elas vigiar, controlar e punir, seja, até mesmo, promover eventuais solenidades e/ou, então, raros momentos de lazer:

A primeira vez que vi o estabelecimento, foi por uma festa de encerramento de trabalhos. Transformara-se em anfiteatro uma das grandes salas da frente do edifício, exatamente a que servia de capela [...] Desarmado o oratório, construíram-se bancadas circulares, que encobriam o luxo das paredes (POMPÉIA, 1979, p. 14).

Finalmente, a unidade do espaço disciplinar, último mecanismo de organização espacial, que se desenvolve naturalmente em todas as instituições disciplinares, no Ateneu, é notada em vários momentos, seja na distribuição dos alunos em pares ou em pequenos grupos, onde todos são contabilizados e organizados em filas, seja na subdivisão dos dormitórios dos internos, respeitados a idade e o nível de adiantamento no curso:

No *Ateneu* formávamos a dois para tudo. Para os exercícios ginásticos, para a entrada na capela, no refeitório, nas aulas, para a saudação ao anjo da guarda, ao meio-dia, para a distribuição do pão seco depois do canto. Por amor da regularidade da organização militar, repartiam-se as três centenas de alunos em grupos de trinta, sob o direto comando de um decurião ou *vigilante*. Os vigilantes eram escolhidos por seleção de aristocracia, asseverava Aristarco (POMPÉIA, 1979, p. 33).

Neste ponto, observamos que a organização do espaço físico do internato, além de estar ligada à localização e articulação de cada indivíduo (um dos mecanismos de composição das forças apontados por Foucault), também se articula com a combinação de diferentes séries cronológicas (outro mecanismo de composição de forças), ou seja, com um sistema de coexistência entre diferentes gerações de um mesmo ciclo, onde os internos mais avançados tinham a função, atribuídas por Aristarco, de, ao passo em que vigiam e podem punir, também orientavam os iniciantes nas matérias que dominavam. À medida que se configuram como peças subalternas ao aparelho disciplinar, como simples estudantes subordinados ao mestre e, ao mesmo tempo, engrenagens específicas do poder, como extensões do olhar disciplinador, os monitores tornam-se decisivos para a vigilância e manutenção da ordem, além de auxiliarem no desenvolvimento educacional e intelectual dos mais novos. Sérgio, por exemplo, recebe, ao entrar no Ateneu, a indicação de ajuda por Rebelo para que melhor se situasse no colégio:

O Professor Mânlio, a quem eu fora recomendado, recomendou-me por sua vez ao mais sério dos seus discípulos, o honrado Rebelo. Rebelo era o mais velho e tinha óculos escuros como João Numa. O vidro curvo dos óculos cobria-lhe os olhos vigorosamente, monopolizando a atenção no interesse único da mesa do professor (POMPÉIA, 1979, p. 25).

Todavia, o sistema de vigilância do Ateneu, ao contrário do que reza Aristarco, é extremamente frágil e corrupto. Do contrário, o próprio Rebelo não aconselharia Sérgio a não aceitar subsídios de outros internos mais velhos:

Faça-se forte aqui, faça-se homem. Os fracos perdem-se. Isto é uma multidão; é preciso força de cotovelos para romper [...] Os gênios fazem aqui dois sexos, como se fosse uma escola mista. Os rapazes tímidos, ingênuos, sem sangue, são brandamente impelidos para o sexo da fraqueza; são dominados, festejados, pervertidos como meninas ao desamparo. **Quando, em segredo dos pais, pensam que o colégio é a melhor das vidas, com o acolhimento dos mais velhos, entre brejeiro e afetuoso, estão perdidos...** Faça-se homem, meu amigo! Comece por não admitir protetores (POMPÉIA, 1979, p. 28; negritos nossos).

Protegidos pelo poder que lhes era outorgado por Aristarco, os alunos maiores e mais avançados, de posse de prestígio e competências alcançadas, instruía aqueles desprovidos dos conhecimentos intelectuais, tamanho e força física no simples intuito de obter, com a ajuda, favores diversos e de ordem variada:

Estes oficiais inferiores da milícia da casa faziam-se tiranetes por delegação da suprema ditadura. Armados de sabres de pau com guardas de couro, tomavam a sério a investidura do mando e eram em geral de uma ferocidade adorável. Os sabres puniam sumariamente as infrações da disciplina na forma: duas palavras ao cerra-fila, perna frouxa, desvio notável do alinhamento. Regime siberiano, como se vê, do que resultava que os vigilantes eram altamente conceituados (POMPÉIA, 1979, p. 34).

Observamos, a partir desta citação, o funcionamento da terceira condição para o arranjo das forças do poder disciplinar: o sistema preciso de comando. No Ateneu, seguindo a hierarquia do poder, em primeira instância estava Aristarco. Nas palavras do professor Venâncio, em um dos discursos custeados pelo administrador do internato, “Acima de Aristarco – Deus! Deus tão-somente; abaixo de Deus – Aristarco” (POMPÉIA, 1979, p. 15). Abaixo do diretor, configuravam-se os monitores, responsáveis por acompanhar, de perto, todas as ações dos alunos e, sendo uma extensão da figura de Aristarco, cumprir e fazer cumprir o código disciplinador do internato. No entanto, assim como o poder de Aristarco era proporcionalmente transferido aos monitores, características como corrupção, ganância e amoralidade também eram. Sendo o método de ensino monitoral hipocritamente falho, fica evidente para nós que, cedo ou tarde, o Ateneu declinaria em um irreversível caminho rumo à destruição pelo desrespeito aos alicerces da disciplina.

De acordo com o dicionário Aurélio, o verbete “disciplina” possui múltiplas definições: 1) Regime de ordem imposta ou mesmo consentida. 2) Ordem que convém ao

bom funcionamento de uma organização. 3) Relações de subordinação do aluno ao mestre. 4) Submissão a um regulamento. 5) Qualquer ramo do conhecimento. 6) Matéria de ensino. Todos esses sentidos para a palavra ‘disciplina’ apontam, em suma, para dois princípios básicos: um que corresponde ao comportamento, à moral dos costumes, à conduta ordenada e submissa, etc., e a outro que se refere ao conhecimento abstrato, às matérias de ensino em geral. No Ateneu, no entanto, todas as formas de disciplinas estão comprometidas:

N’O Ateneu estão presentes todas as formas de disciplina e ordem. Mas aqui, em sua maioria, elas estão apresentadas como conjunto de medidas que carecem de estrutura que as justifiquem. No livro, elas fazem parte de tudo aquilo que é aparência sem conteúdo [...] À medida que a narração avança, a tensão entre *Ateneu – aparências* e *Ateneu – substância e essência*, vai aumentando. [...] No que se refere à disciplina imperante no Ateneu, essa tensão vai ser marcada por uma progressiva transgressão do mecanismo imposto, manifestando-se em dois níveis que correspondem às duas acepções fundamentais do termo disciplina: 1) Indisciplina das matérias do ensino escolar. 2) Indisciplina no comportamento (HOSIASSON, 1988, p. 71).

Analisando o cotidiano e todas as ações que culminaram na destruição do Ateneu, podemos observar que tanto a indisciplina no comportamento quanto a indisciplina no ensino estão claramente ligadas à preocupação, por parte de Aristarco, de permanecer sempre mantendo as aparências para estabelecer uma imagem de uma instituição fora dos eixos. O sistema de monitoramento é apenas o primeiro a ser evidenciado. Além de expor a imoralidade, através das más intenções de Sanches, há também uma questão importante a ser analisada – o tipo de conhecimento propagado através dos monitores:

Começando pelo ensino da Geografia, Sanches faz os continentes lixarem as saliências mais agudas; os rios perderem os meandros; as cordilheiras encurvarem ou suprimirem os picos. E as cidades vêm (sic) os seus números decrescer, até sumirem-se no chão ‘para que não tivesse de decorar tanto nome’. Os mapas, os dados de fato, irregulares e múltiplos como os acidentes que representam, são talhados e reduzidos ao gosto caprichoso da criança mimada tal qual a forja a vontade arbitrária do adulto (BOSI, 2003, p. 57).

As matérias transmitidas eram totalmente “adaptadas”, seja para facilitar os estudos dos orientandos, menosprezando assuntos e fatos relevantes, mas considerados complexos ou de difícil aprendizagem/decoração, seja para não tornar o estudo fadigoso e não correr o risco de perder o pequeno aprendiz para outro monitor, ou até para estimular o protegido, fazendo-o acreditar, pela manipulação do conteúdo, que está avançando na matéria, quando na verdade está apenas recebendo doses homeopáticas do conteúdo original. Além disso, há, ainda, uma manipulação do conteúdo por professores inseguros ou incapacitados para as disciplinas curriculares. Um dos casos mais graves é o ensino de cosmografia ministrado por Aristarco:

Estrelas era com ele. O nobre ensino! Nenhum professor, sob pena de expulsão, abalançava-se a intrometer-se nas onze varas da camisola de astrólogo. E vissem-no, à janela, indicando as constelações, impelindo-as através da noite com o pontudo dedo! Nós discípulos, não víamos nada; mas admirávamos [...] Uma vez, muito entusiasmado, o ilustre mestre mostrou-nos o Cruzeiro do Sul. Pouco depois, cochichando com o que sabíamos de pontos cardeais, descobrimos que a janela fazia frente para o norte; não atinamos. Aristarco reconheceu o descuido: não quis desdizer-se. Lá ficou a contragosto o Cruzeiro estampado no hemisfério da estrela polar (POMPÉIA, 1979, p. 41-42).

Como vemos no trecho acima, a indisciplina quanto às matérias era feita pelo próprio diretor, mestre maior da instituição. Na verdade, todas as mazelas geradas pelo indisciplinamento dos alunos, em sua origem, eram geridas por Aristarco, que deixara correrem soltos no internato os dois piores males para uma instituição disciplinar: nos mestres o descaso; nos alunos, o tédio.

Existe um velho adágio popular que diz “cabeça vazio: oficina do diabo”. O tédio, causado primordialmente pela má distribuição do tempo e pelo desperdício deste, torna-se oficina de grandes enfermidades da escola e que “tanto se pode gerar da monotonia do trabalho como da ociosidade” (POMPÉIA, 1979, p. 85). É através do tédio, por exemplo, que uma desprezível prática, proibida nas instituições disciplinadoras, imperava no “submundo” do Ateneu – as transações comerciais. Apesar de estritamente proibida, essa prática ocorria cotidianamente, sem qualquer controle. Aliás, a própria proibição gerava na comunidade estudantil uma espécie de estímulo para a degeneração:

Depois havia os jogos de parada, em que circulavam como preço as penas, os selos postais, os cigarros, o próprio dinheiro. As especulações moviam-se como o bem conhecido ofídio das corretagens. Havia capitalistas e usurários, finórios e papalvos; idiotas que se encarregavam de levar ao mercado, com a facilidade de que dispunham fora do colégio, fornecimentos inteiros, valiosíssimos, de Mallats e Guillots que os hábeis limpavam com a gentileza de figurões da bolsa, e selos inestimáveis que os colecionadores práticos desmereciam para tirar sem custo; fumantes ébrios de fumo alheio, adquirido facilmente no movimento da praça, repimpados à turca sobre os coxins da barata fartura (POMPÉIA, 1979, p. 85-86).

O Ateneu era, pois, um grande mercado, um verdadeiro microcosmo de uma sociedade capitalista, consumista e corrupta, cujo principal espaço de estudos é convertido em um ambiente mercantil. Em suma, tudo girava em torno da hipocrisia fecunda das aparências:

A sala geral do estudo, comprida, com as quatro galerias de carteiras e a parede oposta de estantes e a tribuna do inspetor, era um microcosmo de atividade subterrânea. Estudo era pretexto e aparência, as encadernações capeavam mais a esperteza do que os próprios volumes (POMPÉIA, 1979, p. 87).

Outro caso, também ocasionado pela junção de tédio e falta de ocupação disciplinar, foi o do “telégrafo-martelinho”, um sistema secreto de comunicação, baseado na mesma tecnologia do telégrafo, mas adaptada engenhosamente:

Tantas pancadinhas, tal letra; tantas mais, tantas menos, tais outras. Os inventores achavam no sistema dos sinais escritos a desvantagem de não servir à noite. O elemento base desta reforma era uma confiança absoluta na surdez dos inspetores; aventureiro fundamento, como se provou. As primeiras pancadinhas passaram; apenas os estudantes mais próximos sorriam disfarçando. Mas o martelinho continuou a funcionar e ganhou coragem. No silêncio da sala, gotejavam as pancadas, miúdas, como o debicar de um pintainho no soalho (POMPÉIA, 1979, p. 87).

Obviamente, esse sistema, ainda que tardiamente, fora descoberto por um dos vigilantes. Todavia, mesmo com a atenção de todos eles, o internato ia, com o passar dos dias, sendo revestido por uma sensação frustrante de tédio entrelaçada com a ansiedade das férias. Tal combinação ia fazendo com que os mecanismos de controle fossem pouco a pouco se amainando:

A violência não fez mais que aumentar o tráfego dos bilhetinhos e suspender temporariamente a telegrafia. De mão em mão como as epístolas, corriam os periódicos manuscritos e os romances proibidos. Os periódicos levavam pelos bancos a troça mordaz, aos colegas, aos professores, aos bedéis: mesmo a pilhéria blasfema contra Aristarco (POMPÉIA, 1979, p. 88).

Com a proximidade das férias de ano, todos os mecanismos de disciplinamento desapareciam no Ateneu. O aborrecimento prevalecia e a impaciência da expectativa de liberdade, tanto dos alunos como dos mestres, transformavam o dia-a-dia do internato em uma insuportável experiência de reclusão. O poder disciplinar, adestrador das multidões confusas, móveis e inúteis no que se refere ao corpo e à força, dissolve-se paulatinamente, e os três dispositivos de bom adestramento – olhar hierárquico, sanção normalizadora e exame – são esquecidos ou ignorados. Os alunos começam a se agruparem, distribuindo entre si conversas e fuxicos. Provocando efeito cada vez mais negativo ao estabelecimento, as vadiagens no pátio e nos dormitórios limitavam-se cada vez menos à simples palestras. Professores omitem-se, fugindo de suas responsabilidades educacionais. O caos começa a reinar:

Relaxava-se o horário; professores faltavam; era menos rude a inspeção. Os alunos iam por toda parte à vontade. Faziam roda de palestra nos dormitórios, pilando enfatiadamente os mais duros assuntos, murmurarções esmoídas, escabrosidades pulverizadas, trituradas malícias, algumas vezes malícias ingênuas se é possível, caracterizando-se no conciliábulo o azedume tagarela do cansaço podre de um ano, conforme a psicologia de cada salão (POMPÉIA, 1979, p. 89).

Para piorar ainda mais a situação, passeios são oferecidos aos alunos como forma de tornar menos árduo o clima tenso oriundo do enfado de fim de ano. Ocasionais “agrados” fazem parte de uma técnica de recompensa, onde boas ações, individuais e/ou coletivas, são agraciadas com prêmios de diferentes ordens.

Baseando-se no mecanismo foucaultiano de punição disciplinar, sistema dualista responsável pelo processo de gratificação-sanção dos sujeitos, uma qualificação dos comportamentos e dos desempenhos, a partir de dois valores opostos (polo positivo e polo negativo), era formulada no internato. Diante disso, era estabelecida uma diferenciação ente os “bons” e os “maus” alunos, completando, como foi exposto no capítulo anterior, as características da sanção normalizadora – a divisão segundo os coeficientes de cada sujeito:

A cada lição julgada boa, o professor assinava um papelucho amarelo, *bom ponto*, e entregava ao distinto. Dez prêmios destes equivaliam a um cartão impresso, *boa nota*, como dez vezes vinte réis em cobre valem um níquel de duzentos. O sistema decimal aplicava-se mais à conquista de um diploma honroso, equivalente a um baralho de dez cartões de boa nota. Com tal diploma era o estudante candidato à condecoração final de uma medalha, de prata ou de ouro, conforme fosse mais ou menos ótimo nos diversos superlativos do merecimento escolar. Reduzia-se assim a papel o valor pessoal, na *clearing house*<sup>6</sup> da diretoria; ou, melhor: adaptava-se a *teoria de Fox*<sup>7</sup> ao processo das recompensas, com todos os riscos de um câmbio incerto, sujeito aos pânticos de bancarrota, sem um critério de justiça a garantir, sob a ostentação do papel-moeda, a realidade de um numerário de bem aquilatada virtude (POMPÉIA, 1979, p. 59-60).

Entretanto, diante de um panorama caótico em que se encontrava o colégio de Aristarco, este decidira agraciar a todos com eventuais excursionismos que, em muito pouco, amenizavam o descontentamento discente, apenas intensificavam o sórdido espírito juvenil, naturalmente contrário ao disciplinamento. Tanto é que, sempre ao chegar de um passeio, um pequeno evento de indisciplina acontecia no Ateneu. O último deles fora um grande piquenique oferecido aos alunos, no qual:

Aves inteiras saltavam das travessas; os leitões, à unha, hesitavam entre dois reclamos igualmente enérgicos, dos dois lados da mesa. Os criados fugiram.

<sup>6</sup> Câmara de compensação, em inglês.

<sup>7</sup> Referente ao estadista inglês Sir Charles Fox (1749-1806), que defendia a tese de que o poder deveria ser exclusivo da aristocracia.

Aristarco, passando, sorria do espetáculo como um domador poderoso que relaxa. As garrafas, de fundo para cima, entornavam rios de embriaguez para os copos, excedendo-se pela toalha em sangueira. Moderação! moderação! clamavam os inspetores [...] Alguns rapazes declamavam saúdes, erguendo, em vez de taça, uma perna de porco. À extremidade da última das mesas um pequeno apanhara um trombone e aplicava-se, muito sério, a encher-lhe o tubo de carne assada (POMPÉIA, 1979, p 102).

No piquenique, o excesso de comida era inversamente proporcional ao controle e moderação no consumo das bebidas. Aristarco concedia tudo. Talvez, aqui, se aplicaria a técnica de “pão e circo”. Afinal, uma das maneiras de dominar a massa é deixá-la satisfeita. Todavia, ao voltar ao Ateneu, Aristarco, novamente incorporado à sua persona de diretor, preparava-se para uma série de escândalos e revoltas.

A festa passada deixara acontecer, à luz do descaso da vigilância, um acontecimento que a lei do Ateneu não permitia: um dos alunos escrevera para outro, marcando encontro. O autor da carta assinara, ainda, como mulher. Aristarco, diante de todos, expunha os fatos:

‘Tenho a alma triste. Senhores! A imoralidade entrou nesta casa! Recusei-me a dar crédito, rendi-me à evidência...’ Com todo o vigor tenebroso dos quadros trágicos, historiou-nos uma aventura brejeira. Uma carta cômica e um encontro marcado no Jardim. ‘Ah! Mas nada me escapa... Tenho cem olhos. Se são capazes, iludam-me! Está em meu poder um papel, monstruoso corpo de delito! Assinado por um nome de mulher! Há mulheres no *Ateneu*, meus senhores!’ (POMPÉIA, 1979, p. 104).

Aristarco ameaça tomar atitudes. Promete punição, ameaçava, dentre outras sansões. Tais atitudes configuram-se em mecanismos que muitas vezes beiravam a tortura psicológica, no intuito de coloca-se diante dos indivíduos, dominando-os através do medo.

‘É muito grave o que tenho a fazer. Amanhã é o dia da justiça! Apresento-me agora para dizer somente: serei inexorável, formidando! E para prevenir: todo aquele que direta ou indiretamente se acha envolvido nesta miséria... tenho a lista dos comprometidos... e que negar espontâneo auxílio ao procedimento da justiça, será reputado cúmplice e como tal: punido!’ (POMPÉIA, 1979, p. 104-105).

O ato de, diante de todos, prometer punir a todos os envolvidos no escândalo causava nos alunos envolvidos o sentimento de pavor e culpa. Os culpados eram, antes de qualquer punição, penitenciados espiritualmente. Mesmo os que nada tinham com a história, inconscientemente, se analisavam, procurando em si qualquer culpa, ainda que fosse pelo simples fato de ter tido conhecimento e não ter denunciado a imoralidade, sendo cúmplice no silêncio.

No outro dia, posterior às ameaças, Aristarco, que desde as cinco horas da manhã trabalhava no processo de interrogatório, com o apêndice das delações da polícia e dos

tímidos, conseguira comprometer e contabilizar os culpados e cúmplices e os aponta para todo o internato. Ele ordena que Cândido, ironicamente apresentado como “Sr<sup>a</sup> D. Cândida”, se colocasse no centro das atenções além de, para maior humilhação, se curvar diante de todos os olhares do Ateneu. Todavia, Cândido não foi o único a passar pelo castigo cruel da curiosidade pública. Emílio Tourinho, apontado como amante, acompanhou “sua amada”, ajoelhando-se ao lado “dela”. Por fim, o diretor chama-os “acólitos da vergonha, os co-réus do silêncio”, auxiliares do crime, de igual culpa e punição. Aristarco derrama sobre os condenados toda sua cólera, fundamentada nos mais rígidos preceitos morais e religiosos:

Esquecem pais e irmãos, o futuro que os espera, e a vigilância inelutável de Deus!... Na face estanhada não lhes pegou o beijo santo das mães... caiu-lhes a vergonha como um esmalte postigo... Deformada a fisionomia, abatida a dignidade, agravam ainda a natureza; esquecem as leis sagradas do respeito à individualidade humana... E encontram colegas assaz perversos, que os favorecem, calando a reprovação, furtando-se a encaminhar a vingança da moralidade e a obra restauradora da justiça! (POMPÉIA, 1979, p. 107-108).

No entanto, todo esse espetáculo de mais nada serviria para remediar o já falido sistema de disciplinamento do Ateneu. No mesmo dia do acontecido com Cândido, pouco depois do apontamento dos réus e do grande discurso moralista e disciplinador de Aristarco, a hierarquia do internato sofreria um dos mais sérios ataques. Um desses ataques, cometido pelo protagonista, muito evidencia a falsa imagem de poder propagada por Aristarco.

Sérgio, tendo lutado com Bento Alves, é defrontado, logo em seguida, por Aristarco, que exigia do menino, ainda empoeirado e sujo, explicação pela briga. Sérgio, ainda imerso à excitação do confronto do Bento Alves, desacata o diretor, causando neste enorme fúria. Sendo erguido e sacudido no ar pelo adulto, que exigia dele uma confissão sob ameaça de torcer-lhe o pescoço, Sérgio, em vez de confessar, segura-lhe o bigode, esperneando e se contorcendo no ar até ser arremessado no chão pelo diretor. O confronto chega a um nível extremo – o diretor-mestre, símbolo de autoridade e poder, é agredido por um aluno-discípulo:

— Fui vilmente injuriado, disse.  
— Ah! meu filho, ferir a um mestre é como ferir ao próprio pai, e os parricidas serão malditos.  
O tom comovido deste final inesperado impressionou-me até o íntimo da alma. Estava vencido. Fiquei por um minuto horrorizado de mim mesmo. De volta do atordoamento, achei-me só no corredor. A saída dramática do diretor aumentou-me ainda remorsos (POMPÉIA, 1979, p.106).

O agressor, agora solitário diante do silêncio inquisidor, oferecido aos delinquentes para que reflitam nos seus crimes, é intimamente assombrado pelo severo fantasma consciência. Envolto a um remorso moralista, nada mais resta para o condenado a não ser lastimar-se pelo ocorrido, chorar, amparado ao peitoril de uma janela e esperar pela punição. O nível do castigo, sendo proporcional ao delito, com certeza seria de extraordinária severidade – “uma cominação qualquer do célebre código do arbítrio, em artigo cujo grau mínimo fosse a expulsão solene”. Todavia, ao contrário do esperado, nada aconteceu:

Acreditei algum tempo que a minha impunidade era um caso especial do afamado sistema das punições morais e que Aristarco delegara ao abutre da minha consciência o encargo da sua justiça e desafronta. Hoje penso diversamente: **não valia a pena perder de uma vez dois pagadores prontos, só pela futilidade de uma ocorrência, desagradável, não se duvida, mas sem testemunhas.** O caso morreu em segredo de discrição, encontrando-nos eu e o diretor num conchavo bilateral de reserva, como se nada houvesse. O ressentimento, porém, devia ser fundo e a perspectiva tormentosa do processo ameaçava-me como o ensejo iminente da desforra. Não foi possível dormir tranquilo (POMPÉIA, 1979, p.106-107; negritos nossos).

Se por ventura compararmos, em medida de seriedade e desfeita ao regimento do Ateneu, a afronta de Sérgio e o episódio de Cândido, podemos constatar que este último não tivera o grau de criminalidade alcançado por aquele. Cândido e seus cúmplices ofenderam, sim, o código, mas no tocante à moralidade. Sérgio, por sua vez, afrontara algo que estava acima da lei – a figura inabalavelmente divina e intocável de Aristarco. Então, por que o Cândido e seus companheiros de imoralidade foram execrados publicamente enquanto, para Sérgio, nenhuma penalidade fora outorgada nem qualquer discurso moralizador fora discorrido?

O narrador deixa a entender que tal impunidade ocorrera por receio de Aristarco de perder mais um aluno/cliente – já que Bento Alves deixara por livre vontade o colégio depois do episódio – e prejudicar ainda mais a arrecadação monetária proveniente das mensalidades dos alunos. Todavia, segundo nosso entender, o fato fora simplesmente esquecido por prudente receio das possíveis complicações que tal ato pudesse acarretar caso fosse de conhecimento geral. Aristarco, mesmo com a honra ferida pelo ato de violência sofrido e com a imagem de autoridade manchada, nada faria para punir Sérgio do agravo cometido, pois este, como visto na citação acima, não tivera testemunhas. Não era de interesse do diretor propagar injúrias efetuadas a sua pessoa. Já o caso de Cândido era diferente: a divulgação e a punição deveriam ser expostas a todos imediatamente, pois a ofensa feita não fora contra a figura onipotente do diretor e sim contra a ordem e o código da instituição.

A condenação pública, como diz Foucault (2009), convém mais para servir de exemplo para todos os demais sujeitos, expectadores da punição, do que propriamente para punir os culpados. No Ateneu, esse mecanismo de punir para servir de exemplo era cotidianamente colocado em prática sempre com Franco, aluno tido por todos como exemplo de tudo que fosse contrário a moral. Em seu primeiro dia, como dito anteriormente neste capítulo, Sérgio recebe de Rebelo instruções e conselhos para melhor acostumar-se ao internato. Dentre as informações oferecidas, também fora feita uma breve descrição dos alunos existentes no Ateneu: os maus, a maioria, um ou outro estudioso e, por fim, Franco:

Hoje é o primeiro dia, ali está de joelhos o Franco. Assim atravessa as semanas, os meses, assim o conheço, nesta casa, desde que entrei. De joelhos como um penitente expiando a culpa de uma raça. O diretor chama-lhe cão, diz que tem calos na cara. Se não tivesse calos no joelho, não haveria canto do *Ateneu* que ele não marcasse com o sangue de uma penitência (POMPÉIA, 1979, p. 28).

A Franco, fora dada a incumbência de ser o famigerado “bode expiatório” do internato. Apontado como aluno mau e indisciplinado, ele estava condenado a passar o resto de sua vida escolar sendo usado, através de seu mau exemplo, para o disciplinamento de todos os outros alunos, que deveriam odiá-lo ou então repudiá-lo do convívio social:

**Não convinha expulsar. Uma coisa destas aproveita-se como um bibelô do ensino intuitivo**, explora-se como a miséria do hilota, para a lição fecunda do asco. A própria indiferença repugnante da vítima é útil. Três anos havia que o infeliz, num suplício de pequeninas humilhações cruéis, agachado, abatido, esmagado, sob o peso das virtudes alheias mais que das próprias culpas, ali estava, — cariátide forçada no edifício de moralização do *Ateneu*, exemplar perfeito de depravação oferecido ao horror santo dos puros (POMPÉIA, 1979, p. 30; negritos nossos).

Franco, ao longo do tempo, acostumara-se às constantes humilhações. O fato de estar sempre de castigo ou pagando penitências em um canto de parede tornou-se até comum para ele e para todos no Ateneu. Chegara ao ponto em que suas condenações e humilhações públicas quase não provocavam mais o efeito que as “ovelhas negras” provocam àqueles que andam em conformidade com a lei, ou seja, o medo da pena e receio de cometer o(s) mesmo(s) erro(s) do condenado. Quando defendemos a ideia de que um motivo adicional para a degradante exposição a Cândido poderia ser o fato de não ser Franco o colocado no centro dos olhares e humilhado, estamos apontando para o caráter exemplar inerente à condenação pública. Em outras palavras, uma coisa era ver Franco ser execrado; outra, mais afinada aos pressupostos disciplinares, era ver Cândido juntamente com outros alunos serem colocados como réus. Tal fato, na óptica de Aristarco, provocaria mais impacção nos internos, como se

essa ocorrência pudesse, de alguma forma, mostrar um exemplo do poder disciplinador de Aristarco, de sua justiça e autoridade.

É importante ressaltar, ainda, um fato que muito nos chama a atenção à leitura e interpretação da obra de Pompéia – a felicidade de Franco, diante do escândalo de Cândido:

Franco, sobretudo, estava de um contentamento nunca visto. Casualmente em liberdade, por não ter havido leitura das *notas*, fazia da circunstância uma pirraça contra o Silvino: ‘Eu é que sou o mau’, repetia andando à roda, ‘eu é que sou o bandalho, a peste do colégio!... O mau sou eu só!...’ Silvino foi gradualmente perdendo a paciência. Atirou-se por fim ao Franco, desesperado, lançou-o à terra, meteu-lhe os pés. Alguns rapazes protestaram com gritos, Silvino ameaçou. Fogosos da exaltação desordeira do passeio da véspera, que por momentos dominara o terror do processo, reuniram-se em massa contra o Silvino. O inspetor salvou a força moral refugiando-se no alto da escada e fazendo de cima trejeitos enérgicos com a carteira e o lápis (POMPÉIA, 1979, p. 108).

Franco, eterno símbolo de indisciplina no/do internato, regozija-se com o acontecido, pois para ele, além de evidenciar a decadente estrutura de disciplinamento dos corpos do Ateneu, confirma a incompetência do inspetor Silvino, exemplo de má vigilância e, como tal, peça elementar de uma pirâmide hierárquica construída a partir de um líder megalomaniaco e ganancioso, monitores corruptos e vigilantes desmoralizados. Sendo assim, quando Silvino, perdendo a paciência com as provocações de Franco, o agride, a ação dele simboliza a única coisa que uma instituição com mecanismos de adestramento falhos comete com quem evidencia sua incapacidade: faz uso da força bruta para calar a voz da verdade. Todavia, o inesperado acontece: Franco, outrora rejeitado por todos os internos, é defendido pelos outros alunos. O inspetor, sendo encurralado e vendo-se obrigado a refugiar-se no alto da escada, antecipa o que viria a seguir: uma inevitável revolta.

Desde muito havia no Ateneu uma insatisfação por parte dos internos quanto à insistência de determinados pratos no cardápio da merenda. Esse desgosto foi crescendo até chegar ao seu ponto máximo com a chamada “revolução da goiabada”. Para diminuir gastos, o empregado encarregado pelo abastecimento da despensa adquiria goiabada de má procedência, tanto que esta era tida como “*goiabada mole de banana*” pela jocosidade dos alunos. Aristarco, vendo-se em meio a um verdadeiro motim, se empalidecera com a situação:

Visava-o diretamente a desaforada insurreição. E isto no mesmo dia em que fizera espetáculo da justiça tremenda. Não quis, entretanto, arriscar o prestígio. Vimo-lo no corredor, incerto, sem sangue, mandando que voltassem os bedéis a acalmar. Torturava-o ainda em cima o ser ou não ser das expulsões. Expulsar... expulsar... falar talvez. O código, em letra gótica, na moldura preta, li estava imperioso e formal como a Lei, prescrevendo a desligação também contra os chefes da revolta...

Moralidade, disciplina, tudo ao mesmo tempo... Era demais! era demais!... Entravasse a justiça pelos bolsos como um desastre (POMPÉIA, 1979, p. 109).

Aristarco se encontrava mais uma vez em situação complicada. Seu dever como figura poderosa, disciplinadora e justa ao código do colégio era de punir os revoltosos. Por respeito às leis disciplinares, muitas expulsões deveriam ser feitas, pois não é admissível que a figura máxima do colégio fosse ignorada de forma tão voraz por um grupo de alunos, assim como acontecera com Sérgio. Porém, e agora, sim, por receio de falência, o diretor refletia muito para encontrar a melhor solução para a tal revolta. A solução foi encontrada pelo próprio Aristarco ao descobrir o que gerara o estopim da revolta. Se era a goiabada a razão da revolta, ela própria seria a solução:

À mesma porta em que aparecera formidável de manhã, surgiu-nos transformado, manso, liso como a própria cordura e a lealdade; altivo, contudo, quanto comportava a submissão. “Mas por quê, meus amigos, não formularam uma representação? A representação é o motim reduzido à expressão ordeira e papeliforme! Qual a necessidade da representação por assuadas? **Têm todos razão... Perdoo a todos...** Mas eu sou tão enganado como os senhores... Até hoje estava convencido de que a goiabada era de goiaba... A verba consagrada é para a legítima de Campos... Nesta casa não há misérias!... **Quando alguma coisa faltar, reclamem que aqui estou eu para as providências, vosso Mestre, vosso pai** (POMPÉIA, 1979, p. 109-110; negritos nossos).

Dando razão aos alunos, colocando-os, assim com a si mesmo, como vítimas, Aristarco, por meio de um discurso paterno, mediante o qual se exaltava, mais uma vez, como um líder bondoso, preocupado com o bem-estar de todos. Dando anistia aos revolucionários, amenizando os réus da imoralidade (e ignorando os sinais “apocalípticos”), Aristarco dispensou os revoltosos com a simples penitência de algumas dezenas de páginas de escrita e reclusão por três dias em uma sala:

Desprestigiava-se a Lei, salvavam-se, porém, muitas coisas, entre as quais o crédito do estabelecimento, que nada tinha a lucrar com o escândalo de um grande número de expulsões. Quanto ao encerramento dos culpados na trevosa cafuná, impossível, que lá estava o Franco, por exigência expressa do Silvino, como causador primeiro das inqualificáveis perturbações da ordem no *Ateneu* (POMPÉIA, 1979, p. 111).

Percebamos que todas essas evidências de indisciplina – o escândalo de Candido, a agressão de Sérgio e a revolta da goiabada – aconteceram em um mesmo dia, posterior ao da grande festa. O piquenique fez brotar grande descontrole no *Ateneu*. Franco foi acusado por Silvino de ser um perturbador da ordem no *Ateneu*. Todavia, a ordem já estava em total estado de degenerescência. Moribunda desde as primeiras aparições do tédio antecessor das

férias, a disciplina, tanto com relação às matérias do ensino escolar quanto ao comportamento, via-se, simultaneamente ao ano letivo, prestes a findar-se.

Conforme vamos sendo apresentados, pelo discurso do narrador, às partes mais profundas do ambiente escolar, impenetrável aos olhos externos da sociedade, evidenciamos, cada vez mais, o crescente estado de contínuo descontrole. Observamos, por exemplo, que a autoridade disciplinar, amplamente propagada por Aristarco, ia, na verdade, se invalidando na mesma proporção do tamanho e idade dos internos. Quando Sérgio, já crescido e avançado nas matérias, é transferido para os dormitórios dos maiores, percebemos as diferenças existentes entre o lugar reservado aos pequenos e o destinado aos grandes:

Toda a crônica obscura do *Ateneu* redigia-se ali, em termos explícitos e fortes, expurgada dos arrebiques de recato, de inverdade, pelo escrúpulo das comissões investigadoras. O Silvino que se fosse! Não tinha nada com a conversa dos rapazes. Uma das melhores máximas do chalé era esta, característica: – Fica revogado o diretor. Tudo que na primeira classe e na segunda era extraordinário, ali era normal e corrente. [...] Das classes inferiores, havia quem fizesse empenho em mudar para a terceira (POMPÉIA, 1979, p 122-123).

A partir do momento em que Sérgio começa a conviver entre os alunos maiores e de maior idade/experiência no internato, ele, assim como nós leitores, constata o verdadeiro semblante, de contínuo ocultamento, do colégio interno que outrora fora visto, ou melhor, idealizado por ele como ambiente altamente disciplinador e moralista. Entretanto, conforme entendemos, o *Ateneu* começa, efetivamente, a se destruir no momento em que perde sua figura mais emblemática: Franco. Em seu quarto sujo, escuro e distante dos demais dormitórios, o pequeno e eterno infrator sofria em silêncio as dores de uma doença mal curada. Solitário, como sempre, e engaiolado pelos intermináveis castigos a cumprir, Franco experimentava pela última vez o mecanismo de quadriculamento dos corpos de que fala Foucault (2009), conforme podemos depreender do exemplo abaixo:

Engaiolava-se o condenado na amável companhia dos remorsos e da execração; ainda em cima, uma tarefa de páginas para a qual o mais difícil era arranjar luz bastante. De espaço a espaço, galopava um rato no invisível; às vezes vinham subir às pernas do condenado os animaizinhos repugnantes dos lugares lóbregos. À soltura surgia o preso, pálido como um redivivo, espantado do ar claro como de uma coisa incrível. Alguns achavam meio de voltar verdadeiramente abatidos. Franco saiu doente (POMPÉIA, 1979, p. 129).

Todavia, analisando o trecho acima, assim como tudo o que é narrado/descrito acerca de Franco e seu dia-a-dia no *Ateneu*, observamos que, mais do que condenado a todos os aparelhos disciplinadores que uma instituição como o internato pode aplicar, Franco, na

verdade, era vítima de um profundo descaso, não só por parte da direção da escola, mas de todos. Tanto que, muito pouco tempo depois de sua morte, uma imensa festa seria dada no Ateneu. Porém, tal festa traria consigo, assim como o famigerado piquenique, um mau presságio.

Aristarco ganharia de presente dos alunos um busto de bronze. Seria a consagração de seus esforços, recompensa de anos de trabalhos frente a instituição que ele tanto prezava. Em uma esplendorosa cerimônia, ele atingira o ápice da exaltação. Grandes cargas de pano e madeira chegaram ao Ateneu. A festa viria para trazer alegria ao Ateneu. Com ela, Aristarco se esquecera de seus problemas, das indisciplinas, do controle dos alunos selvagens, enfim, de tudo. Toda a atenção estava voltada para a grandiosa festa e, sobretudo, para o busto de bronze oferecido a sua pessoa. Dessas preocupações, uma, e talvez a mais insignificante, levaria o Ateneu às cinzas – um aluno novato chamado Américo:

Entre os reclusos das férias, contava-se um rapaz, matriculado de pouco, o Américo. Vinha da roça. Mostrou-se contrariado desde o primeiro dia. Aristarco tentou abrandá-lo; impossível: cada vez mais enfêzado. Não falava a ninguém. Era já crescido e parecia de robustez não comum. Olhavam todos para ele como para uma fera respeitável. De repente desapareceu. Passado algum tempo vieram três pessoas reconduzindo-o: o pai, o correspondente e um criado. O rapaz, amarelo, com manchas vermelhas, movediças, no rosto, mordida os beiços até ferir. O pai pediu contra ele toda a severidade. Aristarco, que tinha veledades de amansador, gloriando-se de saber combinar irresistivelmente a energia com o modo amoroso, tranquilizou o fazendeiro: ‘Tenho visto piores’ (POMPÉIA, 1979, p. 146).

Ao dizer “Tenho visto piores”, Aristarco talvez se referisse a Franco. Todavia Américo não era Franco. Não seria facilmente dominado, humilhado e submetido às amarras do disciplinamento do internato. Para tanto, valera-se de um artifício bastante usado pelos indivíduos do Ateneu – a beleza hipócrita das aparências:

Carregando a vista com toda a intensidade da força moral, segurou o discípulo rijamente pelo braço e fê-lo sentar-se. ‘Tu ficarás, meu filho!’ O moço limitou-se a responder, cabisbaixo, possuído de repentina complacência: ‘Eu fico’. Dizem que o pai o tratava terrivelmente, vendo-o apresentar-se em casa, evadido. Com a proximidade da festa dos prêmios **o caso do desertor ficou esquecido, e ninguém foi jamais como ele exemplo de cordura** (POMPÉIA, 2009, p. 146; negritos nossos).

Para infelicidade do diretor do Ateneu, Américo fizera o que Franco nunca havia feito: se igualou a Aristarco, fingindo ser uma pessoa totalmente diferente do que realmente era. Américo, que, depois de sua derradeira fuga, se mostrava ponderado, calmo e totalmente disciplinado, esperava, na verdade, o momento certo efetuar sua última e mortal investida.

Mais uma vez, Aristarco desrespeitara os mecanismos disciplinares de que o internato tanto necessitava. E, mais uma vez, depois de uma grande festa, a atenção e a vigilância estavam em baixa, agora pela última vez. “O incêndio fora propositalmente lançado pelo Américo, que para isso rompera o encanamento do gás no saguão das bacias. Desaparecera depois do atentado” (POMPÉIA, 1979, p. 149). Aristarco, impotentemente inerte, via todo o seu império construído da mesma forma que havia morrido Franco, ou seja, da noite para o dia. De acordo com o discurso do narrador, a morte de Franco é susceptível de uma única interpretação: Aristarco, omissos em suas responsabilidades de diretor escolar e protetor paterno (os dois papéis mais difundidos por ele) e, sobretudo, representante maior do Ateneu, deixara um de seus internos padecer à míngua. No caso do incêndio do Ateneu, guardadas as devidas proporções, podemos atribuir a mesma responsabilidade.

Segundo nosso entendimento, visto tudo que fora exposto no capítulo anterior, é errado afirmar que fora Américo, simplesmente, o único responsável pela destruição do Ateneu. Na verdade, dos incriminados, Américo fora o que menos culpa teve. Não nos arriscando a determinar uma lista de culpados, chegamos à conclusão que, no conjunto dos fatos, fora o indisciplina o grande responsável pelo incêndio do internato dirigido por Aristarco. A indisciplina, geradora de vícios morais, como a corrupção e a violência, esteve paulatinamente presente em todas as ações que culminaram na tragédia final de que foi vítima o Ateneu.

Ademais, outro aspecto, mais grave, uma vez que parte de sua matriz estrutural, que é representada, sobretudo, pela figura de Aristarco e motivou consideravelmente o incêndio, foi a falta de atributos morais, étnicos e, principalmente, pedagógicos de Aristarco, o qual, preocupado unicamente em obter lucro e prestígio, omitiu-se de suas responsabilidades quanto à gerência do estabelecimento, ignorando, categoricamente, os diversos mecanismos de disciplinamento dos corpos, imprescindíveis à manutenção de qualquer estabelecimento disciplinar, e os inúmeros detalhes ignorados por ele, os quais apontam para as fissuras dentro universo disciplinar de o Ateneu, mas para os quais Aristarco sequer deu atenção, o que o levou, assim como ao seu sistema de ensino, à decadência. Para corroborar o que acabamos de dizer, lembremos que, em *Vigiar e Punir* (2009), Foucault aponta justamente a grande necessidade de observância aos detalhes. É justamente na grande tradição da eminência do detalhe que se localizam todas as meticulosidades da educação, da pedagogia escolar e, finalmente, de todas as formas de treinamento e disciplinamento deixadas de lado por Aristarco, o que era, portanto, o calcanhar de Aquiles do ilustre pedagogo:

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, [...] um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. [...] Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da era clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno (FOUCAULT, 2009, p. 136).

Se as técnicas de disciplinamento estudadas por Foucault (2009) tivessem sido seguidas à risca, esquadrinhando-se ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos dos internos, certamente, Aristarco e o seu pretense sistema disciplinador não teria sucumbido devido a um incêndio criminoso causado por um aluno rebelde. O erro de Aristarco foi, então, não conseguir valer-se das técnicas de disciplinamento, uma vez que, basicamente, as práticas exercidas por ele assemelhavam-se mais com a *domesticidade* e/ou *monarquismo*, métodos que, em muito, se diferenciam do disciplinamento.

Lembremos, por último, que a domesticidade distancia-se do conceito foucaultino de disciplina por não se tratar de uma relação de dominação constante, estabelecida sob a forma da vontade singular do diretor, que, inadvertidamente, age como se para exercer o poder disciplinar fosse necessário valer-se de mecanismos violentos para obter êxito. Por agir erroneamente assim, Aristarco não consegue manter a ordem no Ateneu, e, conseqüentemente, é incapaz de estar sempre presente, adestrando os corpos a fim de que estes possam garantir a manutenção do sistema hierárquico disciplinar, eis, então, por que, para o Ateneu, não restava outra coisa senão a ruína ocasionada pelo uso excessivo da força e pela falta de planejamento tático, aspectos esses que garantem a eficácia do disciplinamento dos corpos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, gostaríamos de reiterar que a disciplina, tão importante para o controle e a manutenção das instituições disciplinadoras – como internatos, prisões, hospitais e conventos – desde sempre, foi o pilar central de toda e qualquer sociedade baseada em um sistema hierárquico, no qual um pequeno grupo é dominador de uma grande maioria. Sendo assim, o que faz com que os modernos conceitos foucaultianos de disciplina sejam perfeitamente aplicados à obra de Raul Pompéia, tomada como *corpus* deste trabalho, é justamente a sociedade que lhe serve como cenário de representação.

A sociedade retratada na obra de Raul Pompéia – período marcado por fortes mudanças políticas e econômicas – em pouco se difere da que fora analisada por Michel Foucault na construção de *Vigiar e Punir*. Em ambos, a sociedade é apresentada como uma corporação detentora das leis aplicadas em todas as épocas e do mesmo modo a todas as pessoas. Pompéia e Foucault, cada a seu modo e dentro das injunções do tempo, são exímios analistas das respectivas sociedades em que fizeram parte. Enquanto filósofo, um se dedicou ao estudo da história das instituições disciplinares que surgiram no ocidente com a modernidade; o outro, romancista carioca, através de uma representação da conjuntura educacional de sua época, retratou os diferentes aspectos sociais e políticos existentes dentro de uma dessas instituições – o internato. Assim, suas respectivas obras, segundo nosso entendimento, se articulam perfeitamente, contribuindo uma para o melhor entendimento da outra.

Deste modo, esperamos, com a análise de *O Ateneu*, ter mostrado como a referida obra apresenta, entre seus temas principais, a questão dos mecanismos de vigilância, punição, exame e treinamento dos indivíduos através do disciplinamento dos corpos, representando, assim, as características dos espaços disciplinares estudadas por Foucault (2009). Conscientes de que os conceitos foucaultianos usados no estudo aqui feito representam apenas uma pequena parcela da grande obra filosófica do pensador francês, esperamos, entretanto, ter podido cumprir nossos objetivos de fazer uma análise diferenciada quanto à obra literária estudada, propondo uma leitura que contribua para a fortuna crítica tanto do autor quanto do romance em questão. Deste modo, acreditamos que o percurso que empreendemos neste trabalho pode ilustrar outras reflexões sobre o tema trabalhado.

## REFERÊNCIAS

## FONTE PRIMÁRIA

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu: crônicas de saudades*. São Paulo: Ática, 1979.

## FONTES SECUNDÁRIAS

AURÉLIO, Dicionário Eletrônico. Versão 5.12. Positivo Informática Ltda, 2004.

ATIK, Maria Luiza Guarnieri. O mestre e a providência. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1988. p. 79-90.

BOSI, Alfredo. O Ateneu, opacidade e destruição. In: \_\_\_\_\_. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HEREDIA, José López. *Matéria e forma narrativa d'o Ateneu*. São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1979.

HOSIASSON, Laura. Disciplinas e indisciplinas no Ateneu. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1988. p. 68-78.

ROUANET, Sergio Paulo. Poder e comunicação. In: \_\_\_\_\_. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 147-192.